**** **ESTADO DO AMAZONAS**

**MUNICÍPIO DE TABATINGA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA INFANTIL A’EGACÜ DECATÜCÜ**

|  |
| --- |
|  |

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**TABATINGA – AM**

**2017**

FICHA TÉCNICA

SAUL NUNES BEMERGUY

PREFEITO MUNICIPAL DE TABATINGA

PLINIO SOUZA DA CRUZ

VICE-PREFEITO

VALDINEY DA SILVA DOS SANTOS

SECRETARIO EXECUTIVO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLAUDETE GOÉS BARRETO

SUBSECRETARIA EXECUTIVA

JESUS MAFRA PINTO

SECRETARIO EXECUTIVO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

GLAUCELANE DOS SANTOS COELHO

COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

**PROFESSORES**

ADROALDO PAULO FERNANDES

DAVI PERES APUELA – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

DELMAR PERES MESTÂNCIO

DEUMAR ANDRÉ PEREIRA – TRADUTOR BILINGUE/FUNAI

DIONE SAMPAIO PINTO

EDILSON BARROS DO CARMO

ELIAS MENDES MORAES

ESTER DA SILVA JORGE

EUCLIDES FIDELES BENTO - GESTOR

FLORENTINO PERES MESTÂNCIO

GENTIL DE SOUZA BRUNO

GLAYDSON ANTONIO BRUNO

HELDER GOMES FERNANDES

JOÃO FIRMINO DA SILVA

JOÃO JUVITO CAMPOS - APOIO PEDAGÓGICO

JOSÉ DA SILVA CORDEIRO

JOSÉ MARTINS PERES

Mª JESUÍNA SANTANA DA SILVA

MARCELO FORTES SOUZA

MARIA HELENA DA SILVA FERREIRA

MANOEL CÂNDIDO DA SILVA

 **ÍNDICE**

      Apresentação Institucional ......................................................................................................................04

1. Dados da Escola......................................................................................................................................05
2. Localização..............................................................................................................................................05
3. Terra Indígena.........................................................................................................................................05
4. Situação atual da Comunidade................................................................................................................05
5. Histórico da Escola................................................................................................................................. 06
6. Estrutura da Escola..................................................................................................................................13

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Infantil Aegacü Decatücü...........................................15

1. Apresentação..........................................................................................................................................15
2. Introdução...............................................................................................................................................18
3. Fundamentos Legais de Amparo às Escolas Indígenas.........................................................................20

3.1 Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.............................................................25

* 1. Da autonomia do funcionamento.......................................................................................................27
1. Objetivos da Escola................................................................................................................................27
2. Organização da Escola...........................................................................................................................28
3. Administração da Escola.........................................................................................................................33
4. Conselho Escola.....................................................................................................................................34
	1. Da Constituição e Representação....................................................................................................35
5. Uniforme Escolar.....................................................................................................................................35
6. Merenda Escolar.....................................................................................................................................36
7. Organização Curricular...........................................................................................................................37
8. Sistema de Avaliação dos Alunos...........................................................................................................39
	1. Função Diagnostica ....................................................................................................................39
	2. Função Formativa.......................................................................................................................39
	3. Função Somativa........................................................................................................................39
9. Desafios de Escola Indígena..................................................................................................................40
10. Relação Escola X Comunidade............................................................................................................ 41
11. Relação Professor X Aluno e características de profissionais de Educação Infantil..............................42
12. Gestão.....................................................................................................................................................45
13. Projeto Arquitetônico da Escola Indígena e Infraestrutura Escolar........................................................ 48
14. Avaliação do Projeto..............................................................................................................................51

**APRESENTAÇÃO**

 Este trabalho foi elaborado partindo do pensamento étnico sobre o significado do PPP, como representante da visão política educacional a partir das diretrizes que norteiam o processo educacional no espaço escolar indígena.

 Sendo assim, levando-se em consideração o contexto histórico, as lutas das lideranças sobre a demarcação das terras indígenas, pelo direito e da saúde e, principalmente a educação. Com isso a Escola Municipal Indígena Infantil A’egacü Decatücü teve iniciado a organização do trabalho pedagógico institucional, juntamente com a participação das lideranças como cacique, dos professores, das parteiras, representantes religiosas e representante da Associação da Comunidade. Os profissionais da saúde assim como toda a comunidade, inclusive os pais e responsáveis dos alunos.

 Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obriga a um pensar e a uma reflexão contínua de todos os envolvidos neste processo. Que Escola que queremos construir esteja de acordo com a nossa realidade que respeite os conhecimentos e saberes indígenas pelas crenças, costumes, tradições e línguas. E por fim, mantém a Arte, Cultura e Mitologia sempre viva, além dos aspectos mitológicos e simbólicos das relações que mantém com as demais esferas da vida cultural, social e econômica.

 Que conhecimentos serão necessários aos nossos alunos, para de fato exercer a sua cidadania, nesta sociedade tão cheia de conflitos? Conflitos estes que estão presentes no espaço escolar, nas relações familiares, nas relações pessoais, no confronto das idéias, e também do surgimento de novas concepções, das dúvidas e da necessidade do diálogo entre os atores sociais ( professores, pais, alunos...).

 Tais situações serão apresentadas no decorrer deste documento, nas linhas e nas entrelinhas de cada parágrafo, resgatando o aspecto histórico de como cada momento foi sendo produzido e construído. Pois este documento é o resultado de um esforço conjunto dos profissionais da educação desta unidade escolar com o objetivo de respaldar as ações administrativas e pedagógicas no âmbito desta escola. Há consciência, por parte dos que o produziram, de que representa apenas um germe de projeto político pedagógico e se encontra aberto a todo e qualquer tipo de sugestão e encaminhamento. Sabemos que nenhum projeto político pedagógico pode ser dado como pronto e acabado sob pena de se cristalizar e deixar de acompanhar os movimentos da história. Portanto, nossa reflexão continua baseada principalmente na prática pedagógica cotidiana e na discussão dos referenciais teóricos que nos encaminhem para uma “práxis” responsável e compromissada com uma escola pública de qualidade que até agora não está se enquadrando neste trabalho.

**1 - DADOS DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

NOME DA ESCOLA: Escola Municipal Indígena Infantil Aegacü Decatücü

 POVO INDÍGENA (etnia): Tikuna

 LÍNGUA INDÍGENA: Língua Materna (Tikuna)

**2 - LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA:**

 A Escola Municipal Indígena Infantil Ãegacü Decatücü, está localizada na Rua São Pedro S/N, com perímetro de área 40,20m x 100m, com prédio nº 37m, no centro da comunidade indígena de Umariaçú II, município de Tabatinga, Estado do Amazonas, fazendo fronteira com três países vizinhos: Brasil, Colômbia e Peru.

**3 - TERRA INDÍGENA OU ALDEIA**:

 A escola está situada na área Indígena Tikuna UMARIAÇÚ - II, pertencente ao município de Tabatinga na margem esquerda do rio Solimões, há (6 km), seis quilômetros da sede do município na terra demarcada pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e pela portaria do ministério da justiça (MJ) nº1. 119 em 12 de novembro 1997, a extensão da área é de 4.900 Km², sendo uma das maiores áreas de extensão entre as 25 áreas indígenas Tikuna na margem esquerda do Rio Solimões e seus afluentes.

**4 - SITUAÇÃO ATUAL DA COMUNIDADE**:

Atualmente 5.681 habitantes moram na comunidade Umariaçu, desde que a escola começou a funcionar houve um aumento de demanda dos alunos matriculados, mas também tem alunos matriculados na escola estadual, apesar disso que nos últimos 02 (dois) anos aumenta a demanda dos alunos. Na comunidade moram pessoas que vieram de países vizinhos, como: Colômbia e Peru. Então, por causa disto, a escola torna-se umas das escolas que tem alunos com faixa etária de quatro a seis anos ( 4 à 6 ). Como se vê que na comunidade as pessoas trabalham no artesanato, na pesca, no extrativismo ou alguns trabalham de subsistências, ou seja, trabalham na agricultura para o seu próprio consumo ou para a venda de produtos na cidade mais próxima, em vez disso para comprar os materiais didáticos dos seus filhos. As maiorias dos alunos são das famílias de pessoas baixa renda, às vezes, falta de materiais escolares e da farda escolar. Na comunidade também existem pessoas que tem trabalhos secundários, ou seja, trabalham na cidade em diversos pontos, como na secretaria de obras, de educação, Casai FUNAI e entre outros. A comunidade escolar contribuiu muito para o desenvolvimento e progresso da educação na sociedade indígena, ajudando em compartilhar experiências vivenciadas dentro dela na questão de sensibilizar as suas clientelas à alcançarem seus objetivos e metas propostos no plano.

Os pais ou responsáveis dos alunos sempre visitam a escola para saber das informações ou situações no processo evolutivo de ensino-aprendizagem dos seus filhos; se têm resultados satisfatórios ou não, pois os recursos e metodologias utilizadas pelos professores atuantes na sala de aula às vezes são eficazes, mas precisa melhorar e reajustar anualmente as metas, ou seja, planejamento anual escolar administrativa e pedagógica para que a escola pudesse alcançar o que desejamos na educação escolar indígena.

 Atualmente na comunidade existem 4 escolas: Escola Estadual Almirante Tamandaré que atende alunos com faixa etária de 7 a 14 anos, desde do 1º ao 5º ano das séries iniciais e 6º ao 9º ano séries finais do ensino fundamental, inclusive o ensino médio e ensino mediado tecnológico – EAD no turno noturno. Também a Escola Estadual Indígena Elécia Campos Manduca que funciona ano letivo de 2017 para atender alunos de faixa etária de 7 a 14 anos, nas séries de 1º ao 5º ano do I e II Ciclo das séries iniciais e finais do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Como também a escola Municipal Indígena João Ayres da Cruz que atende crianças da faixa etária de 7 a 14 anos, nas modalidades de 1º ao 5º ano do I e II Ciclo séries iniciais e 6º ao 9º ano das séries finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA de 1º e 2º Segmento. E ainda funcionar no prédio escolar o ensino mediado tecnológico – EAD da SEDUC. E por sua vez, a escola Municipal Indígena Infantil A’egacü Decatücü que atende crianças da Educação Infantil das faixas etárias de 4 a 5 anos e atualmente oferece o 1º ano das séries iniciais do Ciclo I do Ensino Fundamental da faixa etária de 6 à 7 anos a completar no ato da matricula. Desde 2013, a escola tem a parceria com o Posto de Saúde para dar assistência às crianças que nela estudam, assim atendendo na parte da saúde bucal pelos técnicos odontológicos e assistentes, isto sempre acontece uma vez por semana dentro da escola. (Incluir assuntos referentes a inclusão dos alunos estrangeiros, rever o texto do PEIF).

**5- HISTÓRICO DA ESCOLA**:

* **Surgimento da escola?**
* **Quando?**
* **Por que a escola foi criada?**
* **Localização: Processo de demarcação; situação do povo antes e depois da civilização do povo branco (sociedade envolvente)**
* **Atividades desenvolvidas no local**
* **Situação atual (já consta no item 04 do projeto escrito)**
* **Se o município tiver mais de um povo étnico a atividade deve ser um para cada povo (colocar documentos nos anexos)**

Até o ano de 1984, na comunidade Indígena Umariaçu só funcionava a Escola Estadual Almirante Tamandaré que era uma escola pública e que atendia toda a demanda da comunidade, como nesse período teve o aumento da população demográfica das pessoas que vieram das comunidades vizinhas, tanto da Colômbia e do Peru.

Então, no mesmo ano letivo, por falta de sala de aula nessa escola, a comunidade juntamente com a liderança eclesiástica, assim como os dirigentes das igrejas, pastores, professores, presidente das ruas, gestores das escolares, principalmente os caciques, na pessoa de João Lourenço Cruz e Nilo Santana. Reuniram-se na sede da primeira congregação da Igreja Cruzada Católica Apostólica Evangélica para o anexo da Escola Almirante Tamandaré para melhor atender a demanda da comunidade de Umariaçu II. E por motivo deste a comunidade reivindicou às autoridades competentes da FUNAI para a construção de nova escola para atender os alunos da própria comunidade e demais outras comunidades vizinhas. No ano de 1985, duas turmas de 1ª série passaram a funcionar no anexo da estrutura do posto de FUNAI, a mesma localizada no centro da comunidade, Rua 15 de Agosto S/N, esquina com a Rua São Lourenço. Onde atuaram como os professores monitores bilíngües (FUNAI): Deumar André Pereira clã de japó, Geno Maximiano Bruno clã de maguari e o Sixto Sampaio Farias clã de boi.

A escola conhecida mais como “ESCOLINHA”, mas no final de 1998, a escola deixa de funcionar no posto da FUNAI, que os alunos e os professores foram transferidos para o novo prédio. No período de 1984 a 1998, a escola teve vinculo com a FUNAI.

No ano de 1999, a comunidade recebe a primeira escola municipal já com o atual nome Ã’EGACÜ DECATÜCÜ que significa cacique da testa amarela na qual recebia o nome em homenagem ao primeiro cacique que usava uma boina com a decoração amarela e brilhosa, doado pelo coronel da 8ª infantaria de selva do Amazonas.

A escola foi inaugurada no dia 19 de março de 1999, pelo prefeito Raimundo Nonato Batista de Souza, mais conhecido como “Boi” e o vice-prefeito Raimundo Nonato Caldas, mais conhecido como “calango.” A Secretaria Municipal de Educação foi gerenciada pelo professor Enildo Batista Lopes e a Secretária Municipal de Obra, o senhor Adonias Ferreira da Rocha e os vereadores indígenas representantes na Câmara Municipal de Tabatinga: João Lourenço Cruz, Valdir Araújo Mendes e Darcy Bibiano Muratu. Estiveram presentes também no evento a Representante na secretaria de assunto indígena na sede do município senhor, Pedro Mendes Gabriel e coordenadoria de Educação Indígena, Raimundo Leopardo Ferreira, cacique na época senhor, Gustavo Ferreira Peres e o vice-cacique Aderico Ignácio Bento.

A escola foi gerenciada pelo professor, Deumar André Pereira, o trabalho iniciou-se no ano de 1995 até 19 de março de 1999, durante dez meses. A escola foi inaugurada no dia, 19 de março de1999, pelo prefeito em exercício, Raimundo Nonato Batista de Souza, mais conhecido como “BOI”, na qual a escola recebe este nome Escola Municipal “Ã’egacü Decatücü”, em homenagem ao primeiro cacique que usava uma boina com a decoração amarelo e brilhoso, doado pelo coronel do batalhão de infantaria de selva do amazonas na época.

No ano seguinte a referida escola recebeu o Decreto nº 345 de 22 de março de 2000.

**6 LOCALIZAÇÃO: PROCESSO DE DEMARCAÇÃO; SITUAÇÃO DO POVO ANTES E DEPOIS DA CIVILIZAÇÃO DO POVO BRANCO (SOCIEDADE ENVOLVENTE)**

A comunidade UMARIAÇU II foi fundada em 1943. Conforme relato de moradores antigos já existia desde 1914. Conta-se ainda que moradores viviam isolados na região do igarapé de Umariaçu, Tacana, Urumutum. Nessa época o povo Ticuna, sob a influência da cultura não indígena dos regatões, comerciantes, seringalistas, religiosos e pesquisadores, já vinha se envolvendo na sociedade não indígena em todo o Alto Solimões. Os latifundiários e os seringalistas da propriedade Bom Fim exerciam um poder autoritário entre nosso povo Ticuna, principalmente no trabalho de extração da borracha na região dos ditos “patrões”. Por outro lado, a prática de costumes tradicionais como, por exemplo, a festa da moça nova, a pintura corporal, os rituais de pajelanças, o ajuri, entres outros elementos da cultura Magüta, resultado da vivencia dos povos Ticuna não eram valorizados pelos exploradores, pois somente nós damos valor e significado à nossa própria realidade.

A palavra “UMARIAÇU’’ é o nome original da comunidade para a qual temos duas informações sobre o seu significado:

1. A palavra Umariaçu provém de dois termos (“MARIA” nome de uma moça e filha de um dos primeiros moradores da aldeia a qual caiu no igarapé UMARIAÇU e desapareceu). Por isso recebeu a homenagem. E “AÇU” que significa grande, ou seja, em nheengatu “Maria Grande”.
2. Segundo informações dos primeiros moradores da aldeia, a palavra Umariaçu significa abundância da fruta umari, umas das frutas nativas do local, fonte de economia e símbolo da mitologia e histórias de casamentos dos grandes heróis pescadores do povo Magüta Yo’i e Ipi nas margens do igarapé Eware, um lugar considerado sagrado pelos Ticuna e onde se originou o nosso povo.

Os primeiros contatos com o povo Ticuna em terras brasileiras foram registrados e noticiados por Cristóbal de Acuña, historiador da expedição de Pedro Teixeira numa viagem oficial da Coroa Portuguesa feita desde Belém do para até a cidade de Quito no Equador no período de 1637 a 1639. Acuña os reconhecia como Tocuna. Os demais povos da região como os Omáguas (Kambeba), Kokama (Kokamiyas) guerreavam Inter tribalmente para sua sobrevivência, sacrificando-se entre si. Isso acontecia por causa de disputas e rivalidades entre os povos dominadores e dominados nas margens do rio Solimões. Posteriormente a população continuou sofrendo diversas sequências de conflitos em mãos dos invasores que a utilizava como mão de obra barata.

É preciso destacar ainda que de acordo com pesquisa da Ciência Social realizada por antropólogos da etnia, a palavra Ticuna não revela nenhum significado especial para o termo. Segundo relato de alguns de nossos ancestrais, a palavra Ticuna originou-se da atribuição de outras etnias vizinhas que significa “Nariz Preto” (pintura de jenipapo) ou por terem utilizado fibras de tucum na confecção de artesanatos. “Por outro lado, provavelmente, o mais correto seria do povo Magüta o termo de autodenominação e significa” primeiras pessoas pescadas pelos Yo’i e Ipi no igarapé de Eware, terra considerada sagrada pelos Ticuna.

**6.1 QUEM E O POVO TICUNA- O MITO E ORIGEM TICUNA.**

‘Tetchi aru ngu’i era mulher de Y’oi, mas ficou gestante de Ipi. Y’oi não gostou disso e resolveu castigar o irmão. Assim que a criança nasceu, Y’oi mandou Ipi buscar jenipapo, e, para pintar o menino. Quando Ipi subiu na arvore, ela começou a crescer, quase alcançando o céu. Ipi sofreu muito, mas por fim conseguiu apanhar uma fruta.

Desceu da árvore transformado em tucandeira, trazendo o jenipapo na boca. Y’oi mandou Ipi ralar a fruta sem parar. Ele ralou, ralou, até que ralou o seu próprio corpo. Tetchi aru ngu’i pegou o sumo de jenipapo e pintou o filho. Depois jogou a borra no igarapé do Eware. A borra do jenipapo desceu pela água e foi parar no lugar com muito ouro, depois tornou a subir, já transformando em peixinhos, numa grande piracema. Quando a piracema passou, Y’oi fez um caniço e foi pescar, usando caroço de tucumã maduro. Mas os peixes, quando caíam na terra, viravam animal: queixada, anta, veado, caititu, e muitos outros.

 Aí Y’oi usou isca de macaxeira, e com essa isca os peixinhos se transformaram em gente. Y’oi aproveitou e pescou muita gente. Mas seu irmão não estava entre essas pessoas. Y’oi, então entregou o caniço para Tetchi aru ngu’i e ela conseguiu fisgar um peixinho que tinha uma mancha de ouro na testa. Era o Ipi. Saltou entre terra, pegou o caniço e pescou os peruanos e outros povos. Esse pessoal foi embora com Ipi para o lado onde o sol se põe.

 Da gente pescada por Y’oi descendem os Ticuna e também outros povos que rumaram para o lado onde o sol nasce inclusive os brancos e os negros. “(versão publicada em” “O livro das arvore”, OGPTB, 1997).

 Durante o ano de 1983 situação da terras Ticuna continuou sem qualquer definição mais exata. Em função disso foi realizada em janeiro, na aldeia e Betânia, uma reunião de capitães Ticuna, elegendo um capitão, Pedro Inácio Pinheiro dos para tratar todos os assuntos referentes à terra junto a Funai, e um sendo capitão, João Lourenço Cruz, para auxiliar no comprimento dessas atividades.Foram escolhidos ais de setes capitães- Aureliano (Urique ),Adelino(Feijoal),Olávio (LagoGrande),Osvaldo(representando o capitão Cesário, de Boa Esperança)Floriano(Bom Caminho),Emesto (Bom Intento),Leonílio (São Leopoldo)- que nessa ocasião acompanharam o capitão-geral, e o líder Paulo Mendes.

**6.2 AS LUTAS PIONEIRAS DAQUELES QUE COMEÇARAM A REIVINDICAR OS DIREITOS DOS POVOS TICUNA.**

Em 1943, foi criado o PIN, (posto indígena) de Umariaçu como o primeiro posto indígena para a população de Umariaçu que teve a sua iniciativa do poder público do governo federal chefiado pela figura do Senhor Manoel Pereira Lima o mais conhecido pelos Ticuna como Manuelão uns dos primeiros funcionários da SPI (Serviços de Proteção aos Índios) a primeira inspetoria de serviço de proteção aos índios que assumiu cargo de chefe de posto no período de 1943 a 1946 e líderes pertencentes ao povo da aldeia. Num propriedade pertencente ao senhor José Mendes em distrito de Tabatinga no atual bairro da Comarca São Sebastião na época, perto de aeroporto internacional de Tabatinga. O governo brasileiro esteve em abrangência de estar com a sociedade inserida na comunhão nacional e as tutela das etnias do nosso país dominando nações indígenas.

O primeiro cacique de Umariaçu foi o senhor Agostino “morador antigo de Umariaçu mesmo” que agregou sua família na fazenda do José Mendes para separar o agregado da Comara o qual foi titulado inicialmente pelos militares e mais tarde reafirmado pela SPI, em 1942, que foi oficialmente dragona dourados na testa, segunda informações que teria sido presenteado pelo general Marechal Cândido da Silva Rondon, a serviço do governo brasileiro. A titulação de capitão não se inicia somente no Alto Solimões na época do SPI, anteriormente isso tem se noticiado o termo haver sido empregado para duas pessoas, o capitão Félix no seringal de Belém e capitão Agostinho no igarapé Umariaçu, anteriormente conhecido como tuxaua em todo Brasil, servindo diretamente ao patrão que obteve reconhecimentos autoridades federais. Agostinho foi reconhecido como capitão inclusive para vestir fardamento completo de soldado reconhecido por parte do governo brasileiro que na época foi considerado mensageiros que executam e determinam arbitragem para os conflitos estabelecendo expulsão da reserva, punições e liberdades em Tabatinga é um exemplo de valor e moral perante a sua autoridade não remunerada a partir de então surge o termo capitão da comunidade. Até o final de década de 90 do século passado após o falecimento do Agostino, em meado de década de 1950, o cargo foi substituído pelo senhor Ponciano o primeiro capitão escolhido pelo chefe de posto de Umariaçu o Cristóvão.

Mais tarde foi escolhido o senhor José Araújo da Silva como capitão da comunidade pelo senhor Gilberto Figueiredo chefe de posto recém-chegado de Manaus funcionário do SPI, para acionar trabalho na aldeia organizou comunidade de uma forma mais unânime por ter percebido que a comunidade tivesse abandonada pelos chefes anteriores.

Com a saída de José Araújo em 1966, a própria população de Umariaçu se sentiu revoltada por ter mudado algumas atitudes principalmente no cargo de capitão e devido alguns desentendimentos, houve troca de um novo cargo pelo senhor Santiago Fernandes o primeiro capitão que recebia salário indireto sob a forma de rancho que recebia de comando Militar de Tabatinga para o sustento, também usava fardamento de militar junto com seus dois colaboradores o João Fortes e Anacleto Cordeiro segundo a concepção da administração coibindo o consumo e excesso de bebida alcoólica e outras.

**6.3 RESGATANDO A IDENTIDADE DO POVO TICUNA MAGüTA**

Conforme preconiza o Ar t. 3º - Inciso I da Resolução Nº 5 de 22 de Junho de 2012, o povo Ticuna Magüta o povo e seu aspecto etnoculturais bem como resgatar valores familiares tão necessários para a construção de uma organização social. Desta maneira nós podemos recuperar a memória histórica, a reafirmação de nossa identidade étnica, à valorização da nossa língua materna. Com isso a comunidade e a escola contribuem no processo de ensino e a aprendizagem através do conhecimento tradicional das pessoas antigas da comunidade.

A importância do resgate da identidade do povo é para aprimorar o conhecimento dos alunos. Dessa forma a sabedoria do povo mais antigo da comunidade, nos permite estabelecer o resgate mais real da nossa identidade.

A língua que falamos dentro das nossas casas ainda é a língua materna, mas, aos poucos, estão nos impondo o uso da língua portuguesa. Mas mesmo assim, não queremos perder nos nossos espaços de convivência dentro e fora da comunidade, os costumes, as crenças, os rituais, as danças, histórias, artes, enfim, nosso patrimônio cultural.

Quanto ao resgate no nosso espaço físico- geográfico, está sendo deteriorado devido ao crescimento desorganizado por um grande fluxo de imigrantes estrangeiros originários da Colômbia e do Peru assim como indígenas vindo de outras comunidades. Com isso, nosso povo está sendo influenciado para a adoção de costume tais como: uso de drogas, alcoolismo, violência, uso de arma de fogo e arma branca.

Quanto às terras da nossa comunidade, estão sofrendo com a ação antrópica do homem, tornando assim nossas terras improdutivas e forçando nosso povo a buscar terras longínquas para plantio da agricultura.

**6.4 SABERES E VALORES DO POVO TICUNA.**

Constituição da República Federativa do Brasil

Art. 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crença, e tradições, e os direitos originários sobre as Terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Organização Social: onde a família Tikuna está distribuída em clã, para não haver a misturas dos genes;

Costume: transmissão do conhecimento tradicional como a alimentação, trabalho na roça, fabricação de utensílio para a pesca e caça, e artesanato;

Língua: fortalecer as práticas socioculturais da língua materna na família, escola e comunidade;

Crença: práticas religiosas, lendas e mitos da origem dos índios Ticunas, o conhecimento dos espíritos das plantas e dos animais;

Tradições: valorizar as histórias transmitidas de geração a geração, as festa tradicionais, os rituais;

Terra: a ocupação da terra pelos índios destinam-se a sua posse permanente, e cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios, dos lagos nelas existentes.

**7 PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E INSTITUCIONAL**

No ano de 2010, a escola **“Ã’EGACÜ DECATÜCÜ”,** passa a funcionar como escola municipal Indígena Infantil. A partir do dia11 de março de 2010, no dia 22 de maio do mesmo ano, a escola passa criar uma nova uniforme com o modelo diagonal de azul e branco. O modelo da uniforme foi planejado, desenhado e pintado pelo professor Florentino Peres Mestâncio e apresentado aos professores, gestor e serventes. A escola infantil **“Ã’EGACÜ DECATÜCÜ”**, e é gerenciada pelo gestor Gentil de Souza Bruno. Funciona com as seguintes turmas: matutino com 90 alunos, vespertino com 88 alunos e noturno com 90 alunos da EJA, totalizando com 268 alunos Tikuna matriculados.

No ano de 1999, o estabelecimento funciona conforme apresentado na tabela:

Matutino e Vespertino

|  |  |
| --- | --- |
| Série | Números de alunos |
| 1ª série A | 23 alunos |
| 1ª série B | 26 alunos |
| 1ª série C | 19 alunos |
| 1ª série D | 34 alunos |
| 2ª série U |  32 alunos |
|  | **Total 134 alunos** |

 O quadro docente de professores Tikuna são da própria aldeia, dois professores na formação de magistério que são os seguintes: Maria Jesuína Santana da Silva, Juscelino Severino e dois professores com ensino fundamental incompleto e ao mesmo tempo efetivo pelo órgão da FUNAI que são: Deumar André Pereira e Sixto Sampaio Farias.

 Em 2000, a Escola Municipal Indígena Ã’egacü Decatücü foi gerenciada pelo professor, Nilson Alexandre Ferreira, onde o mesmo tem a formação do ensino superior e licenciado na área de Educação infantil. O papel do mesmo foi muito importante na execução do projeto para o desenvolvimento da criança Tikuna no âmbito escolar. O projeto apresentado e desenvolvido na escola foi “PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.”

 Atuaram como professores neste estabelecimento de ensino: Sixto Sampaio Farias, Deumar André Pereira e Manoel Nery-FUNAI, Juscelino Severino, Maria Jesuína Santana da Silva, Claricio Manoel Batista, Sildo Guilherme Ângelo e a Elécia Campos Manduca (falecida).

Aturam como auxiliares de serviços gerais: Bonifácio Gomes Cândido, Claricie Tomé de Souza, Darcy Manoel Batista e como vigia Délio Guedes Tomé.

 A escola funciona com as seguintes turmas: matutino, vespertino e noturno.

|  |  |
| --- | --- |
| Série | Números de alunos |
| Alfa | 19  |
| 1ª série A | 32  |
| 1ª série B | 32  |
| 1ª série C | 33  |
| 1ª série D | 31  |
| 2ª série A | 27  |
| 3ª série A | 18  |
| 1ª Etapa (EJA) única | 35 |
|  | **Total: 258 alunos** |

 No ano de 2001, a Escola Municipal Indígena Ã’egacü Decatücü foi gerenciada pelo professor Nilson Alexandre Ferreira. Os professores que atuaram no estabelecimento de ensino foram: Juscelino Severino, Maria Jesuína Santana da Silva, Sildo Guilherme Ângelo, Clarício Manoel Batista, Elécia Campos Manduca, Arlindo Augusto Fernandes, João Firmino da Silva, Delmar Peres Mestâncio e mais dois professores da FUNAI, Sixto Sampaio Farias e Deumar André Pereira. Atuou como assistente administrativa – Cidenir Araújo Cruz.

 Atuaram como auxiliares de serviços gerais: Bonifácio Gomes Cândido, Claricio Tomé de Souza, Darcy Manoel Batista, Elizabeth Franco Mestâncio, Rosa Moçambite e como vigia, Délio Guedes Tomé.

 Neste ano letivo teve o resultado amostrado a seguir, totalizando com 310 matriculados, 119 promovidos, 123 reprovados e 68 desistentes.

 No ano de 2002, a escola foi gerenciada pelo professor, Nilson Alexandre Ferreira.

Atuaram como corpos docentes: Juscelino Severino, Maria Jesuína Santana da Silva, Sildo Guilherme Ângelo, Elécia Campos Manduca, Claricio Manoel Batista, João Firmino da Silva e mais três professores da FUNAI, como Deumar André Pereira, Sixto Sampaio Farias e Geno Maximiano Bruno.

 Atuaram como auxiliar administrativos: Cidenir Araújo Cruz, Darcy Manoel Batista, Clarície Tomé de Souza, Bonifácio Gomes Cândido, Rosa Julião Moçambite e Elizabeth Franco Mestâncio e o vigia Délio Guedes Tomé.

 A escola nesse período funcionou com as seguintes turmas, totalizando com 363 alunos matriculados, 132 promovidos, 72 evadidos e 4 transferidos.

 Ano de 2003, ainda na gestão do professor Nilson Alexandre Ferreira.

 O quadro de docentes são formados pelos seguintes profissionais Tikuna: Juscelino Severino, Maria Jesuína Santana da Silva, Sildo Guilherme Ângelo, Elécia Campos Manduca, Clarício Manoel Batista, João Firmino da Silva, Deumar André Pereira, Sixto Sampaio Farias, Geno Maximiano Bruno, Ester Cordeiro Pereira e Helder Gomes Fernandes com total de 11 professores. Auxiliares administrativos: Cidenir Araújo Cruz, Deumar André Pereira e Sixto Sampaio Farias.

 Atuaram como auxiliares de serviços gerais: Rosa Julião Moçambite, Clarície Tomé de Souza, Bonifácio Gomes Cândido e Elizabeth Franco Mestâncio. Vigia: Délio Guedes Tomé com total de oito pessoas.

 A escola funcionou com as seguintes turmas: Matutino, Vespertino e Noturno.

|  |  |
| --- | --- |
| SÉRIE | NÚMEROS DE ALUNOS |
| ALFA “A” | 36 ALUNOS |
| ALFA “B” | 30 ALUNOS |
| 1ª SÉRIE “A” | 27 ALUNOS |
| 1ª SÉRIE “B” | 25 ALUNOS |
| 1ª SÉRIE “C” | 26 ALUNOS |
| 1ª SÉRIE “D” | 20 ALUNOS |
| 2ª SÉRIE “A” | 34 ALUNOS |
| 2ª SÉRIE “B” | 35 ALUNOS |
| 3ª SÉRIE “U” | 33 ALUNOS |
| 4ª SÉRIE “U” | 20 ALUNOS |
| ALFA (EJA) “U” | 24 ALUNOS |
| 1ª ETAPA (EJA) “U” | 27 ALUNOS |
| 2ª ETAPA (EJA) “U” | 31 ALUNOS |
| TOTAL: 368 ALUNOS |

 No ano de 2004, o quadro docentes são formados pelos seguintes profissionais: Arlindo Augusto Fernandes, Claricio Manoel Batista, Delmar Peres Mestâncio, Delcy Ramos Manoel, Ester Pereira Cordeiro, Elécia Campos Manduca, Helder Gomes Fernandes, João Firmino da Silva, Juscelino Severino, Maria Jesuína Santana da Silva, Osvaldo Coelho Fernandes, e Sildo Guilherme Ângelo com total de 12 professores e auxiliares administrativos: Cidenir Araújo Cruz, Wellington Ramos de Souza.

 Atuaram como auxiliares de serviços gerais: Bonifácio Gomes Cândido, Clarícia Tomé de Souza, Darcy Manoel Batista, Elias Grande Ferreira, Elizabeth Franco Mestâncio, Roger Araújo Cruz, Rosa Julião Moçambite e Délio Guedes Tomé – vigia.

 A escola funcionou com a seguinte turma: veja o quadro a seguir.

 Ano de 2013, a escola **“AE’GACÜ DECATÜCÜ”,** foi gerenciada, pelo professor, Helder Gomes Fernandes, como gestor.

 No inicio do ano letivo, a escola recebeu mais uma ampliação da nova construção da sala de aula e um refeitório para as crianças. Graças a um documento elaborado pelo apoio pedagógico, o gestor entregue ao atual prefeito e ao secretário, que também foi um milagre o comparecimento dos repórteres que vieram visitar a escola com direito a filmagem das crianças merendando nos corredores da escola. Devido a esta reportagem foi às pressas, o acesso de construção da sala e refeitório na escola.

 A escola é composta por uma equipe de profissionais docentes: Amour Gomes Fernandes, (contrato temporário/SEMED), formação, ensino médio completo, Conceição da Silva Benedito, (contrato temporário/SEMED), formação, ensino médio completo, Deumar André Pereira, formação em licenciatura nas áreas de linguagens (efetivo/FUNAI), Dione Sampaio Pinto (efetivo/SEMED), formação Normal Superior completo, Ester Cordeiro Pereira (efetivo/SEMED), formação de Licenciatura em Artes e Educação Física, Ester da Silva Jorge (efetivo/SEMED), formação de Licenciatura em Antropologia, Sociologia e Filosofia, Erik Cruz Araújo (contrato temporário/SEMED), formação em Pedagogia Intercultural Indígena incompleto, Alfeu Mota Santana (contratado temporário/SEMED), formação em Teologia.

 As turmas de alunos referentes à escola são:

 No mesmo ano, o apoio e o gestor pensaram juntamente com os docentes que há possibilidade para desenhar e pintar o modelo da camisa e calça para todos os funcionários, com modelo da camisa azul e listra branca laterais e a calça azul com uma listra lateral branca minúscula. Uma semana após, foi entregue ao professor Mendes para fazer o uniforme para os docentes. Todos os docentes receberam a farda completo uma semana antes do dia 05 de setembro. Já os alunos continuaram com o mesmo modelo com diagonal azul e branco.

 Em 2014 a escola é gerenciada pelo professor, Helder Gomes Fernandes, como gestor da escola ÃEGACÜ DECATÜCÜ. Em 2015 a escola é gerenciada pelo mesmo gestor, Helder Gomes Fernandes, da escolinha infantil **“ÃE’GACÜ DECATUCU”**.

 A escola é composta por equipes de funcionários profissionais, sendo 21 professores (as) que são: Amour Gomes Fernandes, professor contratado, Licenciatura em pedagogia (em andamento), Conceição da Silva Benedito, professora contratada, Licenciatura em pedagogia (em andamento), Delmar Peres Mestâncio, professor concursado em período probatório, formação em pedagogia (em andamento), Deumar André Pereira, professor efetivo da rede federal (FUNAI), Licenciado em linguagens, Dione Sampaio Pinto, professor efetivo, formação em Curso Normal Superior completo, Edilson do Carmo Barros, professor efetivo e período probatório, Licenciado em matemática e física, Elias Mendes Moraes, professor efetivo e concursado em período probatório, Licenciado em física e especialização completo em ensino da matemática (FAIBRA), Elizete Franco Mestâncio, professora contratada, Licenciada em Geografia, Ester da Silva Jorge, professora efetivo e concursada em período probatório, Licenciada em Antropologia e Sociologia, e especialização completo em filosofia (UNIP), Florentino Peres Mestâncio, professor efetivo e concursado em período probatório, especialização em educação infantil (FAIBRA), Gentil Alexandre Reino, professor efetivo, Licenciado em Matemática e física, Gentil de Souza Bruno, professor efetivo, Ensino Médio Completo (OGPTB), Glaydson Antônio Bruno, concursado em período probatório, Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena completo, Grasilda Lardilao Manduca, professora contratada, Licenciada e bacharelada em educação física, Helder Gomes Fernandes, professor efetivo e contratado com a função do gestor, Licenciado em Matemática e Física, Humberto Ramos Lopes, professor contratado, Curso Normal Superior completo, João Firmino da Silva, professor efetivo e concursado em período probatório, Licenciado em Matemática, José Martins Peres, professor concursado em período probatório,

 **O trabalho institucional escolar da nova gestão deu-se o inicio a partir do dia 01 de fevereiro de ano de 2017, a Escola Municipal Indígena Infantil “ÃEGACU DECATUCU” foi gerenciada pelo Professor Euclides Fideles Bento, tem a formação de Ensino Superior com graduação em Ciências Humanas “B” como FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA, Especialização em ENSINO DE FILOSOFIA, EDUCAÇÃO INDÍGENA no IFAM e Cursando a Especialização de “GESTÃO ESCOLAR”**

 **A Escola e compostas neste estabelecimento de ensino com os seguintes profissionais como o professor: Adroaldo Paulo Fernandes, Deumar André Pereira, Delmar Peres Mestâncio, Dione Sampaio Pinto, Edilson Barros do Carmo, Elias Mendes Moraes, Ester da Silva Jorge, Florentino Peres Mestâncio, Gentil de Souza Bruno, Glaydson Antonio Bruno, Helder Gomes Fernandes, João Firmino da Silva, João Juvito Campos “Apoio Pedagógico”, José Martins Peres, José da Silva Cordeiro, Maria Jesuína Santana da Silva, Manuel Candido Cordeiro, Marcelo de Souza Forte e Maria Helena da Silva Ferreira. São compostas de 19 Docentes.**

 **A equipe do gestor da nova administração de ano letivo 2017 se composta pelas seguintes conforme o quadro abaixo:**

**QUADRO DE LOTAÇÃO DOCENTES**

 **MODALIDADE OU SÉRIE:** *PRÉ-I, PRÉ-II E 1º ANO DO I CICLO DE ENSINO FUNTAMENTAL*

**COMUNIDADE**: *Umariaçu - II*

**ESCOLA MUNICIPAL:** *Indígena Infantil “Ãẽgacü Decatücü”*

**APOIOP PEDAGÓGICO:** *João Juvito Campos*

**GESTOR/RESPONSÁVEL:** *Euclides Fideles Bento*

 **ANO**: *Letivo 2017*

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **№** | **PROFESSORES (AS)** | **Ano/Série** | **№ de Alunos** | **Turno/Turmas** | **Situação** | **FUNÇÃO** | **Formação** | **Especialização** | **OBS.** |
| **01** | Gentil De Souza Bruno | **PRÉ - I** | 22 | Tarde/ “**A**” | Efetivo | Professor | Magistério indígena | **----------** | **ESCOLA/Tarde** |
| **02** | Delmar Peres Mestâncio | **PRÉ - I** | 23 | Tarde/ “**B**” | Concursado | Professor | C. N. S  | Gestão do Currículo e Práticas Pedagógicas | **ESCOLA/Tarde** |
| **03** | José Martins Peres | **PRÉ - I** | 20 | Tarde/ “**C**” | Concursado | Professor | **C. N. S** | **--------** | **Escola/Tarde** |

**QUADRO DE ADMINISTRATIVO DE ANO DE 2017**

Assistente administrativo: Davi Peres Apuela. Atuaram como auxiliares de serviços gerais o seguinte conforme o quadro abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **NOME DO SERVIDOR (A)** | **SIT. FUNCIONAL** | **FUNÇÃO** | **TURNO** | **ESCOLARIDADE** |
| 01 | DAVI PERES APUELA | CONTRATO | **ASSISTENTE ADM.** | MATUT/VESPERTINO | ENSINO MÉDIO COMPLETO |
| 02 | FATIMA MURATU MOÇAMBITE | CONTRATO | **MERENDEIRA** | VESPERTINO | ENS. FUND. INCOMPLETO |
| 02 | ISAIAS GOMES TORQUATOS | CONTRATO | **VIGIA** | DIA | ENS. MÉDIO COMPLETO |
| 03 | ISMAEL ANDRÉ CANDIDO DA SILVA | CONTRATO | **VIGIA** | NOTURNO | ENSINO MÉDIO COMPLETO |
| 04 | JOAQUIM GUEDES DA SILVA | CONTRATO | **AUX. DE SERV. GERAIS** | VESPERTINO | ENS. FUND. INCOMPLETO |
| 05 | **JOSÉ AUGUSTO DA SILVA MOÇAMBITE** | **EFETIVO** | VIGIA | SABADO E DOMINGONOTURNO E DIA | ENS. MÉDIO COMPLETO |
| 06 | **MÉLIDA SAMPAIO ÂNGELO** | **EFETIVO** | AUX. DE SERV. GERAIS | MATUTINO | ENSINO MÉDIO COMPLETO |
| 07 | RUBENS LOURENÇO RAMIRES | CNTRATO | **AUX. DE SERV. GERAIS** | MATUTINO | ENSINO MÉDIO COMPLETO |
| 08 | SILDIMAR ALMEIDA FORTE | CONTRATO | **MERENDEIRO** | MATUTINO | ENSINO MÉDIO COMPLETO |

**ESTATISTICA DE PROFESSORES ATUALIZADO – 2017**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **MOME** | **FORMAÇÃO** | **ESPECIALIZAÇÃO** | **ANO/****CONCURSO** | **SERIE** | **TURNO** | **FUNÇÃO** | **SITUAÇÃO** |
| 01 | Adroaldo Paulo Fernandes | PEDAGOGIA | HISTÓRIA / GEOGRAFIA | 2015 | PRÉ - II | Vesp. | CUIDADOR | CONCURSADO |
| 02 | Delmar Peres Mestâncio | C. N.S | GESTÃO DO CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS | 2015 | PRÉ-I | Vesp. | PROFESSOR | CONCURSADO |
| 03 | Deumar André Pereira | LETRAS E ESPANHOL  | ------------- | 1986 | --------- | DIURNO | PROFESSOR INSPETOR | EFETIVO/FUNAI |
| 04 | Dione Sampaio Pinto | C. N.S | -------------- | 2006 | 1º ANO DO I CICLO | Mat. | PROFESSOR | EFETIVO |
| 05 | Edilson Barros Do Carmo | LIC. EM MATEMATICA E FISICA | ------------ | 2015 | PRÉ-II | Vesp. | PROFESSOR | CONCURSADO |
| 06 | Elias Mendes Moraes | LIC. EM MATEMÁTICA / FÍSICA | ENSINO DE MATEMÁTICA | 2006 / 2015 | 1º ANO DO I CICLO/PRÉ-II | MAT./VESP. | PROFESSOR | EFETIVO/CONCURSADO |
| 07 | Ester da Silva Jorge | FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA | ENSINO DE FILOSOFIA | 2006 | PRÉ-I | Vesp. | PROFESSORA | EFETIVO |
| 08 | Euclides Fideles Bento | FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E ANTROLOGIA | ENSINO DE FILOSOFIA, EDUCAÇÃO INDÍGENA E CURSANDO EM GESTÃO ESCOLAR | 2006 | ----- | DIURNO | GESTOR | EFETIVO |
| 09 | Florentino Peres Mestâncio | C. N. S. | ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL / ENSINO FUNDAMENTAL | 2006 / 2015 | 1° ANO DO I CICLO/PRÉ-II | MAT. / VESP. | PROFESSOR | EFETIVO/ CONCURSADO |
| 10 | Gentil de S. Bruno | MAGISTÉRIO INDÍGENA | ---------- | 2006 | PRÉ - I | Vesp. | PROFESSOR | EFETIVO |
| 11 | Glaydson Antônio Bruno | PEDAGOGIA INTERCULTURAL | ---------- | 2015 | 1º ANO DO I CICLO | Mat. | PROFESSOR | CUNCURSADO |
| 12 | Helder Gomes Fernandes | LIC EM MATEMÁTICA E FÍSICA | ---------- | 2006 | 1º ANO DO I CICLO | Mat. | PROFESSOR | EFETIVO |
| 13 | João Firmino da Silva | C. N. S. / LIC. EM MATEMÁTICA | ENSINO DE MATEMÁTICA | 2006 / 2015 | 1º ANO DO I CICLO/PRÉ-II | MAT./VESP. | PROFESSOR | EFETIVO/ CUNCURSADO |
| 14 | João Juvito Campos | C. N. S. HISTÓRIA / GEOGRAFIA | PSICOPEDAGOGIA INTITUCIONAL / GESTÃO DO CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS | 2006 | ------ | Vesp. | APOIO PEDAGÓGICO | EFETIVO |
| 15 | José da Silva Cordeiro | ENS. M. COMPLETO | ---------- | 2006 | ------ | Mat. | PROF. DE EDUC. FÍSICA | EFETIVO |
| 16 | José Martins Peres | C. N. S. | ---------- | 2015 | PRÉ - I | Vesp. | PROFESSOR | CUNCURSADO |
| 17 | Mª Jesuína Santana da Silva | C. N. S. | ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL / ENSINO FUNDAMENTAL | 2006 | PRÉ - II | Mat. | PROFESSORA | EFETIVO |
| 18 | Marcelo Fortes Souza | PEDAGOGIA INTERCULTURAL | ---------- | 2015 | PRÉ – II | Mat. | PROFESSOR | CONCURSADO |
| 19 | Mª Helena da Silva Ferreira | ARTE / EDUCAÇÃO FÍSICA | EM LETRAS | 2006 | -------- | Mat. | PROFESSORA DE EDUC. FÍSICA | EFETIVO |
| 20 | Manuel Cândido Cordeiro | MAGISTÉRIO | ---------- | 2006 | -------- | Mat. | APOIO PEDAGÓGICO | EFETIVO |

**Deve constar no PPP:**

**8 FILOSOFIA DA ESCOLA**

A escola como espaço de transmissão de conhecimento e de diversidades socioculturais e educativas tem possibilidade de garantir aos alunos Ticunas da comunidade e do povo em geral o acesso às informações que atendam suas necessidades educacionais, assim adquirindo conhecimento técnico e científico da sociedade não-indígena.

Primeiramente, nós como indígenas, antes de tudo temos que nos alfabetizar para que possamos acompanhar o processo do mundo que envolvemos, assim saibamos das leis e resoluções que garantam nossos direitos, isso é muito importante para defender o nosso povo. Desde a invasão da nossa Terra Mãe (Brasil), fomos desrespeitados, massacrados pelos homens considerados “brancos”, após disso fomos tutelados pela FUNAI, que na maioria das vezes não atendeu as nossas necessidades, mas agora chegou um momento em que o índio não pode mais ficar esperando que outrem resolva os problemas que afetam a sociedade indígena e de outro grupo étnico existentes nesta região do Alto Solimões. Para facilitar tudo isso tem que aprender a língua dos brancos e saber como é o seu mundo, para não ser explorado. Mas tem que aprender também a manter a sua história, a sua cultura e a identidade. Por que cada grupo étnico tem poder em mãos a Carta Magma que garanta seus direitos e deveres.

Aprendemos culturas das diversidades étnicas é importante, assim comparando-se com os demais para que nós possamos conhecer, contribuindo e até ajudar nas lutas, das manifestações através das organizações das próprias comunidades.

Identificar cultura do cotidiano de seus alunos da escola, da aldeia, de sua comunidade, das populações indígenas, que possam ser estudadas historicamente, nas relações entre o presente e o passado.

Ao respeito aos valores e costumes, tradicionais de suas culturas, ao reconhecimento de sua identidade étnica, bem com o a titularidade do conhecimento tradicional associado à biodiversidade de forma concreta.

O reconhecimento dos direitos fundamentais desses povos enquanto sociedades diferenciadas em nossas culturas indígenas, enquanto nos aprendemos na escola.

As influencias das culturas indígenas em relação ao povo onde nos aprendemos foram as músicas, as danças, a confecção das redes de tucumã, as flautas, fazer cerâmica, produtos da roça como mandioca, milho e amendoim, o beiju, vários tipos de mingaus, muitas palavras das línguas indígenas.

A valorização do conhecimento tradicional, o registro e a sistematização dos saberes e praticas milenar e, em alguns casos, o resgate e a revitalização de práticas culturais, mas na nossa realidade mantemos viva e praticamos diariamente para não ser esquecidos, principalmente para as futuras gerações.

Perceber a importância do trabalho com texto no desenvolvimento da fala em língua materna ou numa segunda língua.

Reconhecer as vantagens de ensinar a ler e a escrever culturalmente por meio da leitura e da produção de texto.

**8.1 MISSÃO DA ESCOLA**

Garantir uma educação específica e diferenciada para os alunos da comunidades indígenas, com acesso aos conhecimentos e o domínio que assegura o respeito aos processos próprios de aprendizagem; garantindo o ensino bilíngue/trilíngue nas escolas indígenas da nossa região..

**8.2 VISÃO DA ESCOLA**

Formar cidadãos críticos e que compreendam suas realidades em que estão inseridos, levando em consideração o progresso e desenvolvimento da sociedade do povo indígena.

De acordo com o Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica têm por objetivos:

VII - zelar para que o direito à educação escolar diferenciada seja garantido às

Comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas.

‘Como uma rosa, que aqui chamo qualidade de vida e que fica no jardim da educação possibilitando uma transformação do ambiente que ocupa’.

O que queremos para nossas crianças e jovens indígenas é um caminho aberto que vai ganhando um espaço de tranqüilidade em prosseguir grau de escolaridade, e que os alunos transmitem seus conhecimentos através de convivência, dialogo entre eles e, transformando a sociedade um mundo igualitária, como direitos garantidos. É preciso jogar luz no anseio de uma juventude que sonha em cursar uma universidade, que deseja ter uma qualificação profissional, e muitos ainda querem aprender a ler e a escrever.

Art. 3º Constituem objetivos de Educação Escolar Indígena proporcionar aos Indígenas, suas comunidades e povos:

II - o acesso às informações, conhecimentos técnicos, científicos e culturais da Sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas.

Possivelmente esses são sonhos que vão virando realidade com o suporte da educação É a base para o desenvolvimento do jovem e com ela é possível garantir uma sociedade capaz de se desenvolver com dignidade e qualidade de vida.

Art. 6º Os sistemas de ensino devem assegurar às escolas indígenas estrutura

Adequada às necessidades dos estudantes e das especificidades pedagógicas da educação diferenciada, garantindo laboratórios, bibliotecas, espaços para atividades esportivas e artístico-culturais, assim como equipamentos que garantam a oferta de uma educação escolar de qualidade sociocultural.

No entanto queremos uma educação de padrão diferenciado aos índios da comunidade do Umariaçu, que possa despertar interesse de buscar recuperar a sua função social cultural do povo Ticuna.

Queremos também que os nossos governantes valorizem o profissional da educação com programas de formação continuada e cursos de capacitação de acesso a permanecia. Investindo na juventude, também investimos na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

* **Didático-pedagógico: Qual o papel do conhecimento, do aluno, professor e dos demais segmentos que compõem a comunidade escolar. O que a escola irá oferecer na sua organização curricular.**

**11- METODOLOGIA-NOSSO MODO DE ENSINAR.**

Ensinamos na nossa escola, em primeiro lugar, pensando e selecionando os conteúdos de acordo com a necessidade da comunidade, e depois, ensiná-los para os alunos de maneira prazerosa, onde, todos podem se sentir seguros, despertando neles o interesse pela aprendizagem.

Os conteúdos ensinados são voltados à realidade da comunidade e, também, ao mundo envolvente. Trabalhamos sempre unidos, contextualizando os saberes tradicionais com saberes de outros povos, inclusive do mundo envolvente.

Pensamos nas escolhas e tomamos decisões que exigem ações de planejamento, registro e avaliação de assuntos que são abordados, organizando os grupos de alunos, o tempo dedicado ao assunto escolhido e o espaço da realização das pesquisas dos alunos, isto é, na sala de aula ou fora dela, mesmo, assim o planejamento sempre será flexível de acordo com a aprendizagem dos alunos, pois, ele sempre será considerado como centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (ver o artigo 4º da resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.).

O currículo da nossa escola será ligado às concepções e práticas que definem o papel sociocultural da escola, dizendo respeito aos modos de organização dos tempos e espaços da escola, de suas atividades pedagógicas, das relações sociais tecidas no cotidiano escolar, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, construindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades. E uma perspectiva intercultural, o currículo deve ser construído a partir dos valores e interesses etnopolíticos da comunidade em relação ao seu projeto de sociedade e de escola, definidos no projeto político-pedagógico. Como já citado, o componente pedagógico dinâmico, o currículo deve ser flexível, adaptado ao contexto sociocultural da comunidade. Na construção dos currículos devem ser consideradas as condições de escolarização dos estudantes em cada modalidade de ensino; as nossas condições de trabalho; como já citado anteriormente, os espaços e tempos da escola e de outras instituições educativas da comunidade e fora dela, tais como museu, memoriais da cultura, casa de cultura, centro cultural, centro ou casa de línguas, laboratório de ciências e de informática. Também, é organizado por eixos temáticos, projetos de pesquisa, eixos geradores ou matriz conceitual, em que os conteúdos das diversas disciplinas podem ser trabalhados numa perspectiva interdisciplinar. E ancorados em materiais didáticos específicos, escritos na língua portuguesa e língua Tikuna, que reflitam a perspectiva intercultural da educação diferenciada, elaborado por nós, pela comunidade e por nossos estudantes e publicados pelos respectivos sistemas de ensino.

A organização curricular da nossa escola exige uma observação dos critérios de reconhecimento da especificidade da escola quanto ao seu aspecto comunitário, bilíngue, multilíngue, de interculturalidade e diferenciação; de flexibilidade na organização dos tempos e espaços curriculares, tanto no que se refere à base nacional comum, quanto à parte diversificada, de modo a garantir a inclusão dos saberes e procedimentos culturais produzidos pela comunidade, tais como línguas, crenças, memórias, saberes ligados à identidade étnica, às organizações sociais, às relações humanas, às manifestações artísticas, às práticas desportivas; seguimos também a duração mínima anual de duzentos dias letivos, que perfaz, no mínimo, oitocentas horas, respeitando-se a flexibilidade do calendário escolar que está organizado independentemente do ano civil, de acordo com as atividades produtivas e socioculturais da comunidade; de elaboração e uso de materiais didáticos próprios, na língua Ticuna e em português, apresentando conteúdos culturais próprios à comunidade. (Ler o artigo 15, os parágrafos 1º ao 6º nos incisos I ao VII do parágrafo 6º).

Tomamos como base o nosso modo de ensinar pensando na objetividade constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade de acordo com o artigo 3º e do inciso I ao IV do artigo 4º da Resolução CNE/Nº 4, de 13 de julho de 2010.

Entretanto, o nosso ensino acontece fazendo a interdisciplinaridade, a interculturalidade e multilinguíssimo. Por exemplo, podemos aplicar as nossas aulas ao ar livre, realizando pesquisas na comunidade perguntando aos velhos sobre as histórias, os costumes e hábitos do povo antigamente e promovendo comparações com a atualidade, assim, resgatando os valores familiares legais dos antigos para adquirir esses saberes e se tornar bons cidadãos que valorizam a sua própria organização social, vivenciando o meio ambiente, estudando a biodiversidade sensibilizando a preservação, a sustentabilidade, a produção econômica do povo, e assim, os alunos podem construir textos nas suas línguas e em outras línguas em estudo, isto é, o aluno tem que conhecer a sua língua materna, a língua portuguesa e a e outra línguas de seus interesses, assim, facilitando as atividades sobre as suas pesquisas realizadas, referentes à realidade do mundo em que estão inseridos, depois, aproveitando os próprios textos dos alunos para o ensino da gramática e ortografia, fazendo correção dos pequenos erros ortográficos nessas línguas em estudo.

E sempre interagindo juntos, professor-professor, professor-aluno e aluno-professor, integrando os conhecimentos escolares no currículo para favorecer a contextualização do processo educativo que valoriza as experiências dos alunos e desenvolvemos propostas pedagógicas de modo colaborativo, levando em conta a diversidade sociocultural da população escolar, as desigualdades de acesso ao consumo de bens culturais e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentado pelos alunos no desenvolvimento de metodologias e estratégias variadas que melhor respondam às diferenças de aprendizagem entre os estudantes e as suas demandas. Portanto, nós nos dispomos de buscar os processos próprios de socialização e de formação das pessoas, mobilizando agentes para fins educacionais.

Os momentos e atividades de ensino-aprendizagem combinam momentos e espaços formais e informais, com concepções próprias sobre o que deve ser aprendido, como, quando por quem, por isso, contamos com a comunidade, o qual possui a sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros, à escola apenas complementa esses saberes, que são os valores e mecanismos da educação tradicional do povo doUmariaçu. Essa forma de educar podem e devem contribuir na formação de uma política e prática educacionais adequada, capaz de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade atual e não são incompatíveis com os conhecimentos contemporâneas, isto é, esses dois lados de saberes andam sempre juntos, por exemplo, se for abordado a história da comunidade, os assuntos que se estudam na história do Brasil ou na história do amazonas, estarão presentes na história da comunidade, mesmo perguntando para os mais velhos, dá para entender que muitas das vezes, são citados informações muito mais ricas do que se estuda na história produzida pelos historiadores não indígenas.

Também, durante o nosso ensino, utilizamos a língua materna, pois, é de grande importância o uso dessa língua, porque, mesmo que os alunos estudem outras línguas, precisam de esclarecimentos na língua para facilitar a seu aprendizado, caso contrário, eles podem se deparar com grandes dificuldades em relação aos conteúdos ministrados nas outras línguas em estudo, por isso, o bilinguismo é importante na nossa escola. Assim, acreditamos que os nossos alunos, aos poucos vão dominando as várias línguas que as utilizarão para manifestações de suas tradições culturais, seus conhecimentos acumulados, de sua educação adquirida através dos tempos, dos seus pensamentos e de suas práticas religiosas, das suas representações simbólicas, das suas organizações políticas, dos seus projetos de futuro, enfim, a sua reprodução sociocultural dentro da sua sociedade para que os falantes de outras línguas as compreendam.

E ao ensino da língua Magüta (língua Ticuna) propriamente dita, espera-se que o aluno a valorize como uma das suas identidades e se orgulhe de ter essa sua primeira língua, a segunda e as outras línguas que também são de grande importância dentro da sua comunidade.

 **11.1 METODOLOGIA DE APRENDIZAGEM VIA PESQUISA**

Sendo o Projeto Político Pedagógico o documento que retrata a identidade da escola e sendo esta escola compreendida como um universo de existência humana cabe-nos definir que, para que a mesma retrate as visões, os ideais, as aspirações e necessidade destas pessoas, somente uma metodologia se enquadra neste processo que é a metodologia participativa.

Uma metodologia participativa que permite que todas as instancias diretas e indiretas participem com certo grau de autonomia, discutindo todos os marcos e construindo par a par o documento maior da escola.

A equipe gestora da escola deverá ser articuladora e incentivadora das atividades de organização do Projeto Político Pedagógico, na intencionalidade de proporcionar maior integração entre os diversos seguimentos da escola, com o objetivo de criar situações que favoreçam esse trabalho.

**11.1.1Como trabalhar os conteúdos indígenas e não indígenas**

Serão desenvolvidas disciplinas interculturais, isto é, com conteúdos indígenas e não indígenas. Utilizaremos como metodologia de trabalho, o ensino via pesquisa, contando com a participação ativa das comunidades, pois não possuímos material sistematizado sobre nossos assuntos para usar na sala de aula. Posteriormente, através desse trabalho, iremos produzindo nosso próprio material de apoio, não só para usar na sala de aula, mas para circular nas comunidades.

A pesquisa também será utilizada para assuntos não-indígenas, isto é, os temas-problemas de pesquisa também devem recorrer aos conhecimentos não-indígenas relevantes para os objetivos de pesquisa O ensino de pesquisa supõe o levantamento de problemas, a elaboração e mesmo a implantação futura de projetos estudados e Concluídos, os quais devem visar o bem estar e a sustentabilidade das comunidades e seus membros Assim , as disciplinas convencionais serão ocasião para dinamizar a reflexão dos temas-problemas de pesquisa levantados, reforçar conceitos e conteúdos indígenas juntamente com os técnico-científicos não indígenas.

Todas as disciplinas terão tratamento intercultural que no início podemos trabalhar com conteúdo indígenas e não-indígenas.na verdade, não há separação entre os conhecimentos dos povos indígenas e não- indígenas, ainda que as formas de conhecimento sejam bem diferentes nas diferentes sociedades. os chamados conhecimentos científicos, que tem origem na sociedade ocidental, e também os produzidos por outros povos que possam tornar mais saudável e alegre o nosso cotidiano de trabalho, de convivência,etc.

As línguas Ticuna e português continuarão a ser instrumentos de comunicação e informação em várias áreas dos conhecimentos, sempre respeitando e valorizando a língua materna

A metodologia que será utilizada é Via Pesquisa. Para isso é necessário que o corpo docente da escola trabalhe os recursos naturais existentes na comunidade, elaborando pesquisa de campo, entrevista, relatório, seminários, materiais de sua cultura, costumes e modo de organização social do lugar onde convivem.

É essencial que cada professor busque a maneira adequada para desenvolver suas práticas pedagógicas dentro e fora da sala de aula. Pesquisar sempre a melhor maneira de ensinar aos discentes as competências e habilidades necessárias aos cidadãos para uma convivência social mais humana, altruísta com sua própria cultura. Desenvolver habilidades nas áreas de agricultura e de outras atividades técnicas e produtivas, conforme a necessidade da comunidade, trabalhando conhecimentos tidos como universais e conhecimentos locais. Esta metodologia é propiciará nossa concepção de escola :que esta seja um meio de preparar a pessoa capaz de afirmar sua identidade étnica e buscar alternativas para a auto sustentabilidade de suas próprias comunidades.

Nesse sentido o uso da língua materna e princípios próprios de aprendizagem serão apoiados na escrita na oralidade, usando como pressuposto a ciência do povo, suas histórias míticas objetivos sociais que a educação escolar indígena propõe a interculturalidade.

Outro ponto a ressaltar é a associação coerente e coesa da teoria e prática, numa perspectiva interdisciplinar ganhando a experiência e tornando a aprendizagem mais fácil, lúdica e prazerosa.

Usando essa metodologia Via Pesquisa, a avaliação poderá ser participativa, uma vez que a avaliação contribui para o processo ensino aprendizagem e também para atribuir notas ou conceitos.

É necessário trabalhar nos currículo da educação escolar indígena, pode ser organizado por eixos temáticos, projetos de pesquisa, eixos geradores ou matrizes conceituais, em que os conteúdos das diversas disciplinas podem ser trabalhados.

Abordagem didático-pedagógico: a escolha da abordagem didático-pedagógica disciplinar ,pluridisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar pela escola ,que oriente o projeto pedagógico e o resulte de pacto estabelecido entre os profissionais da escola, que oriente o projeto pedagógico e resulte de pacto estabelecido entre os profissionais da escola, conselhos escolares e comunidade, subsidiando a organização da matriz curricular, a definição de eixos temáticos e a constituição de redes de aprendizagem.

Organização da matriz curricular entendida como alternativa operacional que embase a gestão da escola (na organização do tempo e do espaço curricular, distribuição e controle do tempo dos trabalhos docentes), passo para uma gestão centrada na abordagem interdisciplinar, organizada por eixos temáticos, mediante interlocução entre os diferentes campos do conhecimento.

Entendimento de que eixos temáticos são uma forma de organizar o trabalho pedagógico, limitando a dispersão do conhecimento, fornecendo o cenário no qual se constroem objetos de estudo, propiciando a concretização da proposta pedagógica centrada na visão interdisciplinar, superando o isolamento das pessoas e a compartimentalização de conteúdos rígidos.

A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas e eixos temáticos são integrados ás disciplinas e as áreas ditas convencionais, de forma a estarem presentes em todas elas. Difere da interdisciplinaridade e ambas complementam-se, rejeitando a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado. Refere-se asa dimensão pedagógica, e a interdisciplinaridade, a abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento.

1. **- ESTRUTURA DA ESCOLA**

**DIAGNÓSTICO DA ESCOLA ( Análise da Situação da Escola)**

* **Infraestrutura Física e Administrativa: Descrever**

 A estrutura básica do prédio é de alvenaria, fechado por ambos os lados de madeira e o teto com a cobertura de zinco. A medida da mesma tem 20,8m x 9,2m e as salas com espaços de 5m x 7m, com a capacidade de 30 alunos em cada sala. O corredor mede 1,90m de largura x 14,78m de comprimento e mais um corredor atrás da escola. A outra dependência da escola possui é a secretaria sendo a mesma funciona como diretoria, com medida de 5m x 4,50m de largura e uma cozinha com medida de 5m x 4,50m. No ano de 2013, a escola “AE’GACÜ DECATÜCÜ”, foi gerenciada, pelo professor, Helder Gomes Fernandes. Nesse ano a escola recebeu mais uma ampliação da nova construção da sala de aula e um refeitório para as crianças. O gestor, apoio pedagógico, juntamente com os professores e, principalmente com a participação dos pais e responsáveis que reivindicaram ao atual prefeito “Calango” e ao secretário “Enildo Batista Lopes”, que também foi um milagre o comparecimento dos repórteres que vieram visitar a escola com direito a filmagem das crianças merendando nos corredores da escola. Devido a esta reportagem foi às pressas, o acesso de construção da sala e refeitório na escola.

A escola também há quatro banheiros, sendo 01 banheiro para professores, 01 banheiro para professoras, 01 banheiro para os meninos e 01 banheiro para as meninas.

* **Aspecto físico da escola como salas, biblioteca, cozinha sala de aula e etc... (todas as dependências da escola)**
* **Recursos humanos: Quem compõem e o quadro importante (essa parte já consta, mas é importante rever)**
* **Recursos materiais: Todo material permanente ou patrimônio**
* **Modalidade de ensino (esse item já consta)**
* **Horário de funcionamento: Descrever o funcionamento**

A escola conta com 15 professores lotados, um apoio pedagógico, um assistente administrativo, dois auxiliares administrativos, dois merendeiras, 03 auxiliares de serviços gerais, 02 vigias um de cada turno, totalizando com 10 profissionais administrativos.

 A fonte de energia é fornecida pela Amazonas Energia da cidade de Tabatinga, na parte da água a escola possui o poço artesiano próprio. A questão do lixo é queimada ou às vezes é enterrado no lugar adequado. E na parte da merenda escolar é servido para todos os alunos que estão estudando nos turnos distribuídos entre matutino, vespertino e noturno. A merenda escolar tem cardápio a seguir semanalmente elaborado pelos nutricionistas da SEMED, da qual receberam também orientação sobre a preparação da merenda e da parte da higiene.

**PROPOSTA CURRICULAR: (JÁ CONSTA NO PROJETO, MAS NÃO HÁ CONTENTO ( CONTEÚDO, SATISFATORIAMENTE)**

* **Descrever a forma como pretendem desenvolver o currículo. O tal currículo apóia-se em modelo psicológico geral de aprendizagem que reconhece a importância da participação ativa do aluno em construção do conhecimento e, ao mesmo tempo, a intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdos específicos que favorecerão o desenvolvimento de capacidades à formação dos indivíduos.**
* **O eixo do curso são as questões indígenas, problematizadas, investigadas e analisadas, a partir da cultura do e da cultura envolvente.**
* **Do currículo e sua flexibilidade: Determinar os conteúdos que deverão ser trabalhados. Exemplos: História da aldeia, a origem do povo, etc.**
* **Os conhecimentos que serão transmitidos e recriados são de uma construção dinâmica que se opera na interação constante entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola, num processo contínuo e permanente.**
* **O processo educacional deve exercer uma ação integradora das experiências vividas pelo aluno, proporciando a todas as situações bem sucedidas de aprendizagem e gosto pelo conhecimento, possibilitando o desenvolvimento de suas capacidades para a conquista da autonomia.**
* **Temas de estudos, Disciplinas, por atividades e etc.**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA INFANTIL A’EGACÜ DECATÜCÜ**

**1 – APRESENTAÇÃO**

**(Faltou descrever ( apresentar) alguns pontos que devem aparecer na apresentação ( dizer como irá funcionar: processos pedagógicos e metodológicos diferenciados e específicos próprios. Estrutura, matriz curricular, calendário e avaliação)**

O Projeto Político Pedagógico é um documento essencial e democrático, embasado na busca e na construção de uma educação plena, com o envolvimento de educadores, pais, alunos comunitários e funcionários, pois sabemos que temos em nossas mãos cidadãos em formação e transformação, cabendo a nós garantirmos a qualidade dos serviços educacionais oferecidos. Queremos deste modo, formar seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro.

 Este Projeto está sendo o resultado de uma experiência coletiva, na qual, construímos caminhos para colocar em prática nossos paradigmas educacionais, visando á realidade da comunidade onde a escola está inserida. Este documento tem como finalidade explicitar a proposta pedagógica da referida escola. O mesmo está sendo elaborado a partir deste esboço pelos professores e o corpo administrativo da escola, tendo em vista a apresentação deste a comunidade escolar.

 Este Projeto Político Pedagógico será o núcleo de toda ação pedagógica, compromissando-se com a formação cidadã e a preparação para a vida em sociedade dos alunos. Temos embasamento da legislação em vigor, visando assim novos rumos para a conquista de almejar um ensino de qualidade, além de oferecer um direcionamento à comunidade escolar uma fundamentação sobre o trabalho pedagógico, a partir de um diagnóstico da escola, encontrando assim o foco das falhas e as devidas correções.

 A RESOLUÇÃO Nº 5, de 22 de junho de 2012, que prevê em seu art.2º as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar indígena tem por objetivos:

I- Orientar as escolas indígenas de Educação Básica e os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios na elaboração, dos desenvolvimentos e avaliação dos seus projetos educativos;

II- Orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando tornar a educação escolar indígena projeto orgânico, articulados e sequenciado de Educação Básica entre suas diferentes etapas e modalidades, sendo garantidas as especificidades dos processos educativos indígenas.

III- Assegurar que os princípios da especificidade, do bilinguismo e multilinguíssimo, da organização comunitária e da intercultural idade fundamentem os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais;

IV- assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas indígenas leve em consideração as práticas sócio-culturais e econômicas das respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino-aprendizagem e projetos societários.

VII – Orientar os sistemas de ensino da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios a incluir, tanto os processos de formação dos professores indígenas, quando no funcionamento regular da Educação Escolar Indígena, a colaboração e atuação de especialistas em saberes tradicionais como os tocadores de instrumentos musicais, contadores narrativas míticas, pajés e xamãs, rezadores, raizeiros, parteiras, organizadores de rituais, conselheiros e outras formações próprias ao bem viver dos povos indígenas.

VIII – Zelar para que o direito à educação escolar diferenciada seja garantindo às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas.

 Também não deixamos de considerar com maior respeito o artigo 3° dos princípios da Educação Escolar Indígena inciso I e II, proporcionar aos indígenas suas comunidades e povos e Parágrafo Único;

Art. 4º Constituem elemento básico para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena inciso I, II, III, IV e Parágrafo Único.

Art. 5º Na organização da escola Indígena deverá ser considerada a participação de representante da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como inciso I, II, III, IV e V.

Art. 6º Os sistema de ensino devem assegurar as escolas indígenas estrutura adequada às necessidades dos estudantes e das especificidades pedagógicas da educação diferenciada, garantindo laboratório, bibliotecas, espaços para atividades esportivas e artístico-culturais, assim como equipamentos que garantam a oferta de uma educação de qualidade sociocultural.

Há a consciência, por parte dos que o produziram, de que representa apenas uma semente de projeto político pedagógico e se encontra aberto a todo e qualquer tipo de sugestão e encaminhamentos. Sabemos que nenhum projeto político pedagógico pode ser dado como pronto e acabado sob pena de se cristalizar e deixar de acompanhar os movimentos da história.

Portanto, nossa reflexão continua baseada principalmente na prática pedagógica cotidiana e na discussão dos referenciais teóricos que nos encaminhem para uma “práxis” responsável e compromissada com uma escola pública de qualidade, conforme a Resolução n°5, de 22 de junho de 2012.

Título IV do Projeto Político Pedagógico das escolas indígenas.

No art.14. O projeto político pedagógico, expressão da autonomia e da identidade escolar, é uma referência importante na garantia do direito a uma educação escolar, devendo apresentar os princípios e objetivos da educação escolar indígena e de acordo com as diretrizes curriculares instituídas nacional e localmente em relação à educação escolar.

Considerando as legislações vigentes, o PPP da Escola Municipal Indígena Infantil A’egacü Decatücü da comunidade Umariaçu II, construído coletivamente, se justifica como instrumento de planejamento de ações globais a serem trabalhadas neste estabelecimento de ensino e foi embasado na realidade histórica e cultural do povo Tikuna.

O projeto político pedagógico contempla uma concepção de educação pública e laica, oferecendo condições de emancipação humana, ao reconhecer a intencionalidade envolvida neste projeto, como necessidade é direito de todos.

Consciente de que receitas não existem, o colégio planeja e implementa o projeto político pedagógico, promovendo o avanço possível em cada momento. O fato da escola ser a instituição que por sua natureza e especificidade, trabalha com o ser humano e o conhecimento historicamente produzido, torna-se constante desafio o processo de reflexão, discussão, repensar a reelaboração das ações, com intenção de acompanhar o processo evolutivo da sociedade e nas transformações necessárias.

Em síntese o projeto político pedagógico, e a expressão da intencionalidade do coletivo da comunidade escolar a respeito da sociedade almejada, aquela que rompa com a historicidade da dominação e da alienação da condição humana de se tornar um cidadão pleno consciente do seu papel que por direito lhe cabe na sociedade.

Portanto, este Projeto foi construído pela necessidade de sistematizar o processo ensino-aprendizagem valorizando a história, a cultura e a língua materna, assim como uma educação diferenciada, centrada nos princípios da democracia, da participação da comunidade e nos valores éticos, morais e sociais que possibilite a construção de uma sociedade mais consciente de seus direitos e de seus deveres. O Projeto Político Pedagógico foi elaborado no intuito de organizar o trabalho escolar especifico, propondo mudanças em forma de projeto para solucionar as deficiências. Desenvolvendo o fazer pedagógico de acordo com a realidade da comunidade escolar. Sendo a escola é local assim; acolhedor, alegre com pessoas ativas. Cada um faz trabalho diferente, porém voltado para mesmo fim: educar os alunos.

**2 – INTRODUÇÃO**

 As Comissões do Conselho Escolar da Escola Municipal Indígena Infantil Aegacü Decatücü, com a participação dos pais ou responsáveis dos alunos, da comunidade escolar e das lideranças comunitárias indígenas, e o presente Projeto Político Pedagógico (PPP) para que a partir destes documentos tenham alcançados as metas e objetivos projetados e ainda que sejam baseadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Constituição Federal (CF 1988) e das resoluções que garantam os direitos educacionais como todos.

A expressão educação infantil e sua concepção com primeira etapa da educação básica está agora na lei maior da educação do país, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996. Se o direito de 0 a 6 anos à educação em creches e pré – escolas já estava assegurado na Constituição de 1988 e reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a tradução deste direito em diretrizes e normas, no âmbito da educação nacional, representa um marco histórico de grande importância para a educação infantil em nosso país.

A inserção da educação infantil na educação básica, como sua primeira etapa, é o reconhecimento de que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o cumprimento de sua finalidade, afirmada no Art. 22 da Lei: “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar – lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer – lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”.

A educação infantil recebeu um destaque na nova LDB, inexistente nas legislações anteriores. É tratada na Seção II, do capítulo II (Da Educação Básica), nos seguintes termos:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré – escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 Na educação infantil a avaliação far – se – á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Da leitura desses artigos, é importante destacar, além do que já comentamos a respeito da educação infantil como primeira etapa da educação básica:

 1)     A necessidade de que a educação infantil promova o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, de forma integral e integrada, constituindo – se no alicerce para o pleno desenvolvimento do educando. O desenvolvimento integral da criança na faixa etária de 0 a 6 anos torna – se imprescindível a indissociabilidade das funções de educar e cuidar.

 2)     Sendo a ações da educação infantil complementar à da família e à da comunidade, deve estar com essas articuladas, o que envolve a busca constante do diálogo com as mesmas, mas também implica um papel específico das instituições de educação infantil no sentido de ampliação das experiências, dos conhecimentos da criança, seu interesse pelo ser humano, pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.

 3)     Ao explicitar que a avaliação na educação infantil não tem objetivo de promoção e não constitui pré – requisito para acesso ao ensino fundamental, a LDB traz uma posição clara contra as práticas de alguns sistemas e instituições que retêm as crianças na pré – escola até que se alfabetizem, impedindo seu acesso ao ensino fundamental aos sete anos.

 4)     Avaliação pressupõe sempre referências, critérios, objetivos e deve ser orientadora, ou seja, deve visar o aprimoramento da ação educativa, assim como o acompanhamento e registro do desenvolvimento (integral, conforme Art. 29) da criança deverá ter como referência objetivos estabelecidos no projeto pedagógico da instituição e o professor. Isto exige que o profissional da educação infantil desenvolva habilidades de observação e de registro do desenvolvimento da criança e que reflita permanentemente sobre sua prática, aperfeiçoando – a no sentido do alcance dos objetivos.

Além da seção específica sobre a educação infantil, a LDB define em outros artigos aspectos relevantes para essa etapa da educação. Assim, quando trata “Da Organização da Educação Nacional” (capítulo IV), estabelece o regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios na organização de seus sistemas de ensino. É afirmada a responsabilidade principal do município na educação infantil, com o apoio financeiro e técnico de esferas federal e estadual.

Uma das partes mais importantes da LDB é a que trata Dos Profissionais da Educação. São sete artigos que estabelecem diretrizes sobre a informação e a valorização destes profissionais. Define o Art. 62 que a “formação de docentes para atuar na educação básica far – se á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admita para formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”.

O art. 11 da LDB estabelece a obrigação dos Municípios nos seguintes termos:

 Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

 V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental permitido à atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela constituição federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

**3 –** **FUNDAMENTOS LEGAIS DE AMPARO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS**

 São abaixo relacionados alguns dispositivos de nosso ordenamento jurídico que fundamentam à elaboração do PPP.

 Constituição Federal de 1988,

**O direito à educação escolar diferenciada**

 Nas últimas décadas as comunidades indígenas têm buscado construir projetos de educação escolar diferenciada em contraposição à tradição assimilacionista e integracionista de experiências escolares vivenciadas do período colonial até recentemente. Estas experiências tinham como uma de suas finalidades o apagamento das diferenças culturais, tidas como entraves ao processo civilizatório e de desenvolvimento do País.

 A instituição escolar ganhou, com isso, novos papéis e significados. Abandonando de vez a perspectiva integracionista e negadora das especificidades culturais indígenas, a escola indígena hoje tem se tornando um local de afirmação de identidades e de pertencimento étnico. O direito à escolarização nas próprias línguas, a valorização de seus processos próprios de aprendizagem, a formação de professores da própria comunidade, a produção de materiais didáticos específicos, a valorização dos saberes e práticas tradicionais, além da autonomia pedagógica, são exemplos destes novos papéis e significados assumidos pela escola.

 Nos processos de reelaboração cultural em curso em várias terras indígenas, a escola tem se apresentado como um lugar estratégico para a continuidade sociocultural de seus modos de ser, viver, pensar e produzir significados. Nesta nova perspectiva, vislumbra-se que a escola possa tanto contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas, garantindo sustentabilidade, quanto promover a cidadania diferenciada dos estudantes indígenas.

 Esse movimento que nasce de dentro das comunidades indígenas parece começar a encontrar ressonância no Estado brasileiro, quando a questão das diferenças passa a ganhar um novo sentido, sendo gradativamente assumida como um valor ético e político que orienta algumas de suas políticas públicas. O direito à diferença cultural, por exemplo, tem sido bandeira de luta do movimento indígena

desde a década de 1970, articulado a outros movimentos da sociedade civil organizada em prol da democratização do país. Na busca pela defesa de seus direitos e interesses de continuidade sociocultural, os povos indígenas criaram organizações sociopolíticas com o intuito de superar a situação de tutela a que historicamente foram submetidos. É importante destacar que a mobilização política dos índios tem contado com a parceria de entidades indigenistas, algumas delas criadas ainda em meados da década de 1970.

 A luta do movimento indígena e de seus aliados repercutiu na redefinição conceitual e pragmática das relações entre o Estado e os povos indígenas, concretizada na Constituição Federal do Brasil de 1988, que estabeleceu o paradigma do reconhecimento, manutenção e proteção da sociodiversidade indígena nas políticas públicas. No campo da educação, novas diretrizes passaram a orientar as práticas pedagógicas e curriculares nas escolas indígenas, no rumo de uma educação escolar própria ou, como passou a ser concebida, uma Educação Escolar Indígena diferenciada, específica, intercultural e bilíngüe e multilíngüe.

 A Constituição de 1988, superando a perspectiva assimilacionista que marcara toda a legislação indigenista precedente, e que entendia os índios como uma categoria étnica e social provisória e transitória, apostando na sua incorporação à comunhão nacional, reconhece a pluralidade cultural e o Estado brasileiro como pluriétnico. Delineia-se, assim, um novo quadro jurídico a regulamentar as relações entre o Estado e a sociedade nacional e os grupos indígenas. A estes se reconhece o direito à diferença cultural, isto é, o direito de serem índios, reconhecendo-lhes “*sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições*”.

 Fica, portanto, a partir da Constituição de 1988 assegurado aos índios suas especificidades étnico-culturais, cabendo à União o dever de protegê-las, respeitá-las e promovê-las. Essa mudança de perspectiva e de entendimento do lugar dos grupos indígenas na sociedade brasileira propiciou a superação de concepções jurídicas há muito tempo estabelecidas, fazendo com que a velha prática da assimilação cedesse lugar à proposição da afirmação da convivência e respeito na diferença. No âmbito da proposição desse novo marco jurídico, a educação diferenciada encontra amparo legal.

 Art. 210, § 2º, assegura *às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem*.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

 O direito a uma educação diferenciada também encontra respaldo na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que estabelece uma série de princípios gerais para o ensino, dentre eles o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; a valorização do profissional de educação escolar; a valorização da experiência extra-escolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, dentre outros.

 No que diz respeito à Educação Escolar Indígena, a atual LDB, rompendo com o silêncio da lei anterior, regulamenta as formulações contidas na Constituição de 1988, determinando, em seu art. 78, que a União, em colaboração com as agências de fomento à cultura e de assistência aos índios, deverá desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa para a oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

 *I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;*

*II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias*.

O art. 79 define como competência da União, apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da Educação Escolar Indígena, por meio de programas integrados de ensino e pesquisa, visando:

*I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;*

*II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;*

*III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;*

 *IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado*.

 Na esteira do que regulamenta a Constituição Federal e a LDB, o Conselho Nacional de Educação, por meio do Parecer CNE/CEB nº 14/99 e da Resolução CNE/CEB nº 3/99, estabeleceu as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, definindo: fundamentos e conceituações da educação indígena, a criação da categoria escola indígena, a definição da esfera administrativa, a formação do professor indígena, o currículo e sua flexibilização, a flexibilização das exigências e das formas de contratação de professores indígenas, a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas, bem como a proposição de ações visando à concretização de propostas de Educação Escolar Indígena.

 O Parecer CNE/CEB nº 14/99, reconhece que *a escola indígena é uma experiência pedagógica peculiar e como tal deve ser tratada pelas agências governamentais, promovendo as adequações institucionais e legais necessárias para garantir a implementação de uma política de governo que priorize assegurar às sociedades indígenas uma educação diferenciada, respeitando seu universo sociocultural*.

Essas Diretrizes se constituem num marco importante no cenário educacional brasileiro ao normatizar as experiências de educação diferenciada das comunidades indígenas.

 Nesse sentido, a Resolução CNE/CEB nº 3/99, em seu art. 1°, estabelece *no âmbito da Educação Básica, a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngüe, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica*.

 O direito a Educação Escolar Indígena também foi contemplado no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei no 10.172/2001, que vigorou até o ano de 2011. Nele é apresentado um diagnóstico da oferta de Educação Escolar Indígena, desde o século XVI aos dias atuais, apontando para a definição de diretrizes, objetivos e metas que dependem da iniciativa da União e dos Estados para a implantação dos programas de Educação Escolar Indígena, bem como ressalvando que estes só deverão acontecer com a anuência das comunidades indígenas.

 O direito diferenciado a uma educação escolar voltada para os interesses e necessidades das comunidades indígenas também é assegurado pelo Decreto nº 6.861/2009, que define a organização da Educação Escolar Indígena em territórios etnoeducacionais. Nele é proposto um modelo diferenciado de gestão que visa fortalecer o regime de colaboração na oferta da Educação Escolar Indígena pelos sistemas de ensino. Em seu art. 1° determina que a *Educação Escolar Indígena seja organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades*.

 Os territórios etnoeducacionais, definidos pelo Ministério da Educação, compreenderão, *independentemente da divisão político-administrativa do País, as terras indígenas, mesmo que descontínuas ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações lingüísticas, valores e práticas culturais compartilhados*.

 O Decreto reafirma ainda a garantia das normas próprias e Diretrizes Curriculares específicas para as escolas indígenas que, deste modo, gozam de prerrogativas especiais na organização de suas atividades escolares com calendários próprios, independentes do ano civil, que respeitem as atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas de cada comunidade, nos termos de seu art. 3°.

 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9.9394/96)**

Art. 26 – Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

**Referencial Curricular Nacional Para as escolas Indígenas**

Parecer CEB Nº 14/99 – Apresenta a fundamentação da educação indígena, determina a estrutura e funcionamento da escola indígena e propõe ações concretas em prol da educação escolar indígena. Que determina nos artigos, a seguir:

**Art. 1º** - O Estabelecimento de Ensino, no âmbito da Educação Básica, localizado em terras indígenas, será reconhecido como Escola Indígena.

**Parágrafo Único** – Terras Indígenas são as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

**Art. 2º** - A Escola Indígena terá normas e ordenamentos jurídicos próprios, fundamentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais, proporcionando um ensino intercultural e bilíngüe, a valorização plena das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

**Art. 3º** - Constituirão elementos básicos para a organização, estrutura e funcionamento da Escola Indígena:

1. Sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de Municípios contíguos;
2. Exclusividade de atendimento escolar às comunidades indígenas;
3. O ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades indígenas atendidas como uma das formas de preservação sociolingüística de cada povo;
4. organização escolar própria;
5. atividade docente exercida, prioritariamente, por professores indígenas oriundos da respectiva etnia.

**Art. 4º** - O ato de criação da Escola Indígena é de competência do Chefe do Poder Executivo do Estado.

**Parágrafo Único** – A Escola Indígena será criada em atendimento à reivindicação ou por iniciativa da comunidade interessada, ou com a anuência da mesma, respeitadas suas formas de representação.

**Art. 5º** - Na definição do modo da organização e gestão da Escola Indígena terá que ser considerada a efetiva participação da comunidade, bem como:

1. Suas estruturas sociais;
2. Suas práticas socioculturais e religiosas;
3. Suas formas de produção de conhecimentos, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem;
4. Suas atividades econômicas;
5. A necessidade de edificação de escola que atenda aos interesses das comunidades indígenas;
6. O uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena;
7. a participação das organizações e lideranças indígenas das respectivas comunidades.

**Art. 6º** - As Escolas Indígenas desenvolverão suas atividades de acordo com seu projeto político-pedagógico, formulado gradativamente por escola ou povo indígena, tendo por base:

1. as Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada etapa da educação básica;
2. o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI;
3. As características próprias da Escola Indígena, em respeito à especificidade étnico-cultural de cada povo ou comunidade;
4. as realidades sociolingüísticas, em cada situação;
5. os conteúdos curriculares especificamente indígenas e os modos próprios de constituição do saber e da cultura indígena;
6. a participação efetiva da respectiva comunidade ou povo indígena e suas organizações indígenas;
7. a organização das atividades escolares, independente do ano civil e em períodos com duração diversificada.

**Art. 7º** - O Estabelecimento de Ensinoreconhecido como Escola Indígena é de competência do Poder Público Estadual, podendo, em regime de colaboração, estabelecer parceria com o Município mediante instrumento jurídico pertinente, com observância dos seguintes princípios:

1. que o Município tenha constituído seu sistema próprio de educação;
2. que o Município disponha de condições técnicas e financeiras;
3. que o Município conte com a anuência das comunidades indígenas interessadas.

**Parágrafo Único** – As Escolas Indígenas, atualmente mantidas por municípios que não satisfaçam às exigências do parágrafo anterior, passarão, no prazo máximo de três anos, à responsabilidade do Estado, ouvidas as comunidades interessadas.

**Art. 8º** - O Poder Público Estadual apoiará técnico-pedagógica, administrativa e financeiramente às Prefeituras Municipais, com gestão compartilhada, para oferta e execução da educação escolar indígena no município.

**Art. 9º** - O órgão mantenedor, Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino ou Secretaria Municipal de Educação, regulamentará administrativamente as escolas indígenas, integrando-as como unidades próprias, autônomas e específicas no seu sistema educacional, e as proverá de recursos humanos, materiais e financeiros.

**Art. 10º** - O planejamento da educação escolar indígena, em cada sistema de ensino, deve contar com a participação de representantes de professores indígenas, de organizações indígenas e de apoio aos índios, de universidades e órgãos governamentais com anuência do Conselho Estadual de Educação Indígena do Amazonas.

**DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO**

**Art. 11º** - A Escola Indígena, para oferecer cursos de Educação Básica, deverá requerer Autorização ao CEE/AM, acompanhada dos seguintes documentos:

1. Ato de criação da escola;
2. Corpo docente especificando os professores índios e não-índios;
3. Etapas e modalidades de ensino ministrado;
4. Princípios gerais que regerão o projeto político-pedagógico da escola.

**Art. 12º** - A Escola Indígena, 90 (noventa) dias antes de expirar o prazo da Autorização, deverá encaminhar ao Conselho Estadual de Educação o pedido de Recolhimento acompanhado da cópia da Resolução de Autorização.

**Parágrafo Único** – Nos processos de Autorização e Reconhecimento, o Conselho Estadual de Educação do Amazonas – CEE/AM, após parecer do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena – CEEI/AM, e obedecidas às exigências desta Resolução, baixará o ato normativo pertinente.

**Art. 13º** - A Escola Indígena será assessorada, acompanhada e avaliada pelo CEEI/AM, pelas equipes técnicas responsáveis da SEDUC e das SEMED, pelas comunidades indígenas e outros representantes de organizações indígenas e de apoio aos índios, para atendimento aos padrões de qualidade e às exigências legais em vigor, na forma do que está estabelecido nesta Resolução.

1. **- OBJETIVOS DA ESCOLA:**

O principal objetivo de escola é fazer compreender os direitos e deveres do cidadão e o papel das principais instituições dos estados de direitos democráticos, conspirando o que estabelece a instituição brasileira e, mesmo tempo formar cidadão crítico competente e pensante de sua própria história em relação ao terceiro milênio.

* É preparar as crianças para tornar cidadãos conscientes de acordo como a educação nos ensina e a realidade de atuantes de seus deveres e direitos como cidadão brasileiro.
* Tornar crianças capazes de entender o mundo, respeitando os valores culturas, identidade étnica, tradições, crenças, línguas e costumes, assim desenvolve e desperte nele a criatividade e autonomia do seu povo, valorizando os saberes e ciências tradicionais.
* Criar condições para que a organização escolar propicie meio de efetivação de fato do Projeto Político-Pedagógico;
* Oportunizar a participação efetiva de toda a comunidade escolar na organização, nas decisões e na implementação da Proposta Pedagógica Curricular, tendo em vista a qualidade de ensino e a aprendizagem dos alunos;
* Organizar suportes didáticos, metodológicos, teóricos e técnicos, para que os desafios educacionais sejam enfrentados no sentido de articular o movimento dialético da teoria e da prática, no processo de ensino aprendizagem;
* Coordenar o desenvolvimento das ações escolares, tornando possível a efetivação de todas as atividades e projetos, para que a escola atinja suas metas e objetivos.
* Incentivar a participação dos pais na escola, com o objetivo de integrá-los no processo de ensino e aprendizagem para promover a conscientização de que a participação deles é benéfica para o rendimento dos alunos.

**Na identificação da Escola (antes do item 05: Deve constar):**

* **Aspecto Legal: (Resolução de autorização ou reconhecimento)**
* **Órgão mantenedor (município)**
* **Município e Data**
1. **- ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA:**

O principal objetivo de escola é, fazer compreender os direitos e deveres do cidadão e o papel das principais instituições dos estados de direitos democráticos, conspirando o que estabelece a instituição brasileira e, mesmo tempo formar cidadão crítico competente e pensante de sua própria história em relação ao terceiro milênio.

Calendário: duração do ensino oferecido, divisão desse tempo, duração de cada etapa ou série, período de aulas e férias, tempos de atividades sociais e culturais na comunidade, período da formação dos professores, horas de aulas por dia, dias da semana.

 O calendário escolar será especifico para atender as necessidades do estabelecimento de ensino, como de sempre a comunidade desenvolve atividades sócio-culturais e religiosas para isso é bom entender que a escola reelabore seu calendário anualmente, respeitando conforme as exigências da comunidade local.

 A escola é instituição pública, gratuita, direito da população, dever do Estado e do Município, e estará a serviço das necessidades e características do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, independentemente de sexo, etnia, cor, situação sócio-econômica e religião.

 Para isso a escola obedece ao artigo descrito do Regimento Interno Escolar.

 **Art. 3º** - A escola tem por fim promover a Educação Básica, nas modalidades de Educação, de Educação Infantil e dos CICLO I dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

§ 1º - Promover a Educação Básica com a finalidade de:

I – oferecer a Educação Infantil (das 4 à 6 anos) e;

II – o 1º ano do I Ciclo do Ensino Fundamental Regular.

§ 2º - Promover a educação para os alunos da educação por CICLO do ensino fundamental para alunos dos 6 anos, com atividades de oficinas complementares, com uma jornada mínima de 10 (dez) horas e máxima de 20 (vinte) horas semanais.

 Em cada ano letivo, o aluno terá direito de estudar nos dois semestres (1º e 2º semestre), tanto no Pré-escolar e no 1º ano do I Ciclo do ensino Fundamental e, eles passarão cursar dois anos seguidos, também verificando a faixa etária para se ingressar no curso até que concluir a 1ª Etapa ou fase da Educação Infantil e posteriormente cursará o 1º ano (Alfabetização) do I Ciclo das séries iniciais do Ensino Fundamental.

 O ano letivo teve inicio no dia 02 de março e termino a 11 de dezembro e, para melhor compreensão das informações relacionados ao ano escolar, seguir o Calendário Escolar de 2017, a seguir:

 Como a escola é indígena ainda segue o calendário das escolas municipais, mas para atender as necessidades da referida escola foi elaborado o Calendário especifico, a seguir::

 A escola municipal indígena Aegacü Decatücü adota o calendário municipal pelas suas especificidades, mas há proposta de inserir no Calendário escolar nas escolas das comunidades Indígenas para desenvolvimento das atividades pedagógicas específicas e diferenciadas do povo Ticuna para um melhor desempenho intelectual dos alunos e ter o melhor aproveitamento nas aulas e valorização dos direitos, desses povos. Segue as propostas do calendário especifico das escolas indígenas.



|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MÊS** | **DIAS** | **ATIVIDADES PEDAGOGICAS**  | **DIAS LETIVOS** |
| Fevereiro | 13.02 | Início do ano escolar |  |
| 13 e 24.02 | Jornada Pedagógica |
| 22.02 | Aniversário da 2º Congregação |
| Março  | 01/03 | Início do ano letivo | 24 |
| 01/03 a 09/05 | 1º Bimestre |
| 28 /03 | Dia do Massacre Ticuna em Capacete-Feriado |
| Abril  | 18 /04 | Aniversário da Igreja Wesleyana | 20 |
| 19/04 | Dia do Índio (memória indígena)  |
| 21/04 | Tiradentes |
| Maio | 01/05 | Dia do Trabalhador – Feriado | 23 |
| 10/05 | Planejamento |
| 11/05 a 21/07 | 2º Bimestre |
| 15.06 | Corpos Christi |
| Junho  | 20.06 | Aniversário da 1º Congregação | 22 |
| Julho | 24/07 | Planejamento | 16 |
| 25/07 a 30/09 | 3º Bimestre |
| Agosto  | 15.08 | Aniversário da comunidade - Desfile das escolas | 25 |
| Setembro  | 05. 09 | Elevação do Amazonas a Categoria de Província | 20 |
| 07.09 | Independência do Brasil |
| 30.09 | Aniversário da Igreja Assembléia de Deus |
| Outubro | 02/10 | Término do 3º Bimestre  | 22 |
| 15.10 | Homenagem ao dia do Professor e funcionários |
| 28.10 | Dia do Funcionário Público |
| Novembro | 02/11 | Finados  | 21 |
| 15/11 | Proclamação da República – Feriado |
| 20.11 | Dia da Consciência Negra: Dramatização, danças e outros |
| Dezembro  | 08/12 | Dia da Nossa Senhora Imaculada Conceição | 07 |
| 12 e 13/12 | Recuperação  |
| 15/12 | Término do Ano Escolar |
| 16/12 | Conselho de Classe |

Sendo que a escola também segue a Rotina Semanal para melhor atendê-los as crianças na aplicação dos conteúdos de cada disciplina que consta na Proposta Curricular:

|  |
| --- |
| **ROTINA SEMANAL DE 1º ANO DO I CICLO– 2017 MATUTINO** |
| **TEMPO** | **HORÁRIO** | **2ª FEIRA** | **3ª FEIRA** | **4ª FEIRA** | **5ª FEIRA** | **6ª FEIRA** |
| **1º** | **7:00 as 8:00** | **LING. PORT. e TICUNA** | **MATEMÁTICA** | **LING. PORT. e TICUNA** | **LEITURA** | **HISTÓRIA** |
| **2º** | **8:00 as 9:00** | **LING. PORT. e TICUNA** | **MATEMÁTICA** | **LING. PORT. e TICUNA** | **LEITURA** | **GEOGRAFIA** |
| **9:00 as 9:10** | **I N T E R V A L O** |
| **3º** | **9:10 as 10:00** | **LING. PORT. e TICUNA** | **CIÊNCIAS** | **LEITURA** | **MATEMÁTICA** | **ARTES** |
| **4º** | **10:00 as 10: 30** | **LEITURA** | **CIÊNCIAS** | **LEITURA** | **MATEMÁTICA** | **CONTOS E MÚSICAS REGIONAIS** |
| **10:30 as 11:15** | **EDUCAÇÃO** **FÍSICA****1º Ano “A”** | **EDUCAÇÃO** **FÍSICA****1º Ano “B”** | **EDUCAÇÃO** **FÍSICA****1º Ano “C”** | **EDUCAÇÃO** **FÍSICA****1º Ano “D”** |  **EDUCAÇÃO** **FÍSICA****PRÉ II “F”, “G****e****1º Ano “F”**  |

**OBS.:** As atividades recreativas (**Educação Física**) acontecerá sempre nos últimos 45 minutos de 2ª à 6ª feiras por turmas, especificados na Rotina Semanal. *Professor Titula*: ***Manoel Candido Cordeiro***

|  |
| --- |
| **ROTINA SEMANAL DE PRÉ I e II – 2017 MATUTINO/VESPERTINO** |
| **TEMPO** | **HORÁRIO** | **2ª FEIRA** | **3ª FEIRA** | **4ª FEIRA** | **5ª FEIRA** | **6ª FEIRA** |
| **1º** | **13:00****as****14:50** | **L. PORT. e TICUNA** | **MATEMÁTICA** | **CIÊNCIAS** | **MATEMÁTICA** | **L. PORT. e TICUNA** |
| **14:50 as 15:05- I N T E R V A L O** |
| **2º** | **15:05****as****16:30** | **L. PORT. e TICUNA** | **MATEMÁTICA** | **CIÊNCIAS** | **ARTES VISUAIS****e MÚSICAS**  | **NATUREZA e SOCIEDADE** |
| **16:30****as****17:15** | **EDUCAÇÃO** **FÍSICA** **PRÉ I “A” e “B”** | **EDUCAÇÃO** **FÍSICA** **PRÉ I “C” e PRÉ II “A”** |  **EDUCAÇÃO FÍSICA** **PRÉ II “B” e “C”** |  **EDUCAÇÃO** **FÍSICA** **PRE´II “D”** | **EDUCAÇÃO** **FÍSICA****PRÉ II “E** | **”** |

**OBS.:** As atividades recreativas (**Educação Física**) acontecerá sempre nos últimos 45 minutos de 2ª à 6ª feiras por turmas, especificados na Rotina Semanal. *Professor Titular*: ***José da Silva Cordeiro***

 **EUCLIDES FIDELES BENTO JOÃO JUVITO CAMPOS**

 **Gestor Apoio Pedagógico**

|  |
| --- |
| **DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES RECREATIVAS 2017 - PRÉ I e II / 1º ANO do I CICLO** |
| **Horário** | **Turmas** | **TURMAS A SEREM ATENDIDAS - 1º ANO / MAT PROFº MANOEL CANDIDO CORDEIRO** |
| **SEGUNDA** | **TERÇA** | **QUARTA** | **QUINTA** | **SEXTA** |
| **10:30** **as** **11:15** | **1º ANO “A”**  | ATIVIDADESRECREATIVAS | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **10:30** **as** **11:15** | **1º ANO “B” e “F”** | **-** | ATIVIDADESRECREATIVAS | **-** | **-** | **-** |
| **10:30** **as** **11:15** | **1º ANO “C”**  | **-** | **-** | ATIVIDADESRECREATIVAS | **-** | **-** |
| **10:30** **as** **11:15** | **1º ANO “D” e “E”** | **-** | **-** | **-** | 1. **R. (Sede da igreja)**
 | **-** |
| **10:30** **as** **11:15** |   **PRÉ II “F” e “G”** | **-** | **-** | **-** | **-** | ATIVIDADESRECREATIVAS |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Horário**  | **Turmas** | **TURMAS A SEREM ATENDIDAS - 1º ANO / VESP PROF: José da Silva Cordeiro**  |
| **SEGUNDA** | **TERÇA** | **QUARTA** | **QUINTA** | **SEXTA** |
|  04:30 as 5:15 | **PRÉ I “A” e “B”** | ATIVIDADESRECREATIVAS | **-** | **-** | **-** | **-** |
| 4:30 as 5:15 | **PRÉ I “C” e PRÉ II “A”** | **-** | ATIVIDADESRECREATIVAS | **-** | **-** | **-** |
| 4:30 as 5:15 | **PRÉ II “B” e “C”** | **-** |  | ATIVIDADESRECREATIVAS |  |  |
| 4:30 as 5:15 | **PRÉ II “D”** | **-** | **-** | **-** | ATIVIDADESRECREATIVAS | **-** |
| 4:30 as 5:15 | **PRÉ II “E”** | **-** | **-** | **-** | **-** | ATIVIDADESRECREATIVAS |

**6 - ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA:**

A Gestão da Escola é de caráter democrático, exercida com a observância dos princípios de autonomia, respeito ao pluralismo de ideais e concepções pedagógicas, de coerência, de corresponsabilidade e participação da comunidade escolar e local, interação de esforços, de respeito à pessoa e priorizando os interesses do ensino e do coletivo, assegurando um padrão adequado de qualidade do trabalho escolar. Sendo que respeitando, o **Art. 16** do capitulo I dos princípios da gestão democrática do Regime Interno da Escola que a gestão democrática em seus aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos será expressa:

a) – Na formulação, na implementação, na avaliação da Proposta Pedagógica e no Plano Escolar;

b) – Na atuação das instituições escolares com a participação da comunidade;

c) – Nos processos de escolha ou indicação de profissionais para o exercício de funções, respeitada as exigências legais de qualificação e os critérios a serem definidos pela Secretaria Municipal de Educação;

d) – Na transparência dos procedimentos e facilidade de acesso às pessoas informações, documentos/procedimentos de natureza pública, na responsabilidade e zelo comum na manutenção e otimização do uso, aplicação e distribuição adequada dos recursos públicos;

e) – Na valorização da escola enquanto espaço privilegiado de execução do processo educacional;

f) – Na adoção de parceiros com instituições, entidades governamentais e não governamentais que tragam benefícios, desde que aprovadas pelo Conselho da Escola.

Todas as questões que envolvem a comunidade escolar são decididas pela gestora contando com o apoio dos membros da escola, como: a equipe pedagógica e seus auxiliares administrativos, inclusive os pais que na reunião sempre participaram pela decisão das ações desenvolvidas na escola, e juntamente com a participação das autoridades da comunidade, em modo geral. Na gestão anterior, teve a reforma da escola e da ampliação de duas salas de aulas e pela reforma da estrutura física do estabelecimento e do saneamento básico da referida escola. A prestação de conta sempre ocorre no final do ano letivo para a verificação dos materiais de consumo, como: materiais permanentes, didáticos, limpeza, alimentação e entre outros. A organização das documentações da escola é organizada pelos auxiliares administrativos, juntamente com a equipe pedagógica, que foram colocados numa pasta com identificações das séries, também a freqüência dos alunos, planos de aulas, memorandos, inclusive os dados matriculas dos anos anteriores e recentemente os dados de matriculas atuais. Sendo que os resultados finais, como: atas, pareceres dos alunos, etc.

 **7 - CONSELHO ESCOLAR:**

 O Conselho Escolar foi criado no dia 10 de julho de 2010. Reuniram-se numa Assembléia, pias e professores e comunitários, com a finalidade de eleger e empossar os integrantes da Diretoria da APMC’s da referida escola. Que ficou praticamente do dia 10 de julho de 2010 até 30 de março de 2016, ficou nos três mandatos conseqüentemente. Foram feitos várias reunião extraordinária desde a sua criação para a efetivação dos trabalhos do Conselho, mas não foram concluídos por falta de informações dos responsáveis da SEMED, por isso na Nova Comissão da equipe, da qual o professor *Euclides Fideles Bento foi eleito como Presidente Diretiva Executivo do Conselho Escolar*, agora na nova gestão começou-se a organizar para a efetivação das ações planejadas, então a partir daí foram reformuladas seu estatuto, da qual teve as alterações em alguns artigos com a participação dos pais e responsáveis dos alunos para que pudesse ter a continuidade do trabalho e do reconhecimento da comunidade local e da secretaria municipal. Desde a sua fundação o Conselho sempre se reuniram para tratar assuntos referentes ao plano estratégico, das ações desenvolvidos dentro do período juntamente com a comissão.

Atribuições do Conselho Escolar:

1)    Deliberar sobre:

 a)    Diretrizes, prioridades e metas da Escola que devem orientar a elaboração do Projeto Pedagógico e do Plano Escolar;

 b)    Alternativas de solução para os problemas de natureza administrativa e / ou pedagógica, constituindo-se em árbitro nos impasses, esgotadas as possibilidades de solução pela Equipe Escolar;

 c)     Projetos psico-pedagógicos e outros de atendimentos ao aluno e integração com a comunidade;

 d)    Normas de funcionamento da Escola, observando a legislação em vigor;

 e)    Criação e regulamentação das Instituições Auxiliares da Escola;

 f)      Prioridades para aplicação de verbas, de recursos da escola e das Instituições Auxiliares;

 g)    O atendimento à demanda, organização e funcionamento da Escola, observando os dispositivos legais;

 h)    A ocupação e/ou cessão do prédio escolar, observando os parâmetros estabelecidos pela SEMED;

 i)      Critérios e procedimentos de avaliação de desempenho bem como processo educativo;

 j)      Procedimentos voltados para a ação articulada com as instituições Escolares, órgãos municipais e instituições da sociedade civil;

 k)     Normas disciplinares da Escola, dentro dos parâmetros legais;

 l)      Critérios de escolha dos ocupantes de funções, nos termos da legislação vigente.

 2) Realizar eleições para a ocupação de cargos/funções sujeitos a este processo, bem como destituir os profissionais eleitos, com um quórum mínimo de 2/3 (dois terços) dos seus membros e por maioria simples;

 3) Tomar consciência do Calendário anual da SEMED, conjugando-o com o da Escola;

 4) Apreciar os relatórios da Escola, analisando o desempenho da mesma e o seu próprio em face das diretrizes e metas estabelecidas anualmente.

**DA CONSTITUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO**

**Art.  23**  – O único membro nato do Conselho de Escola é o Diretor da Escola.

**Art. 24** – O Conselho de Escola contará com representantes eleitos e pertencentes à equipe docente, à equipe técnico-pedagógica, aos núcleos administrativos e operacionais e representantes dos alunos do ensino regular, a partir do 4º (quarto) ano de escolaridade, ou dos alunos da E.J.A. em quase de conclusão do curso, e dos pais ou responsáveis pelos alunos.

Parágrafo único – No caso da Educação Infantil, não caberá participação do alunado.

 Para isso escola se cadastrou no Plano de Desenvolvimento da Educação - **PDE** Interativo da escola, que por sua vez facilitou desde 2013 a elaboração do plano de ação da escola, no plataforma do **PDDE Interativo 2014** **- 2015**, pois as informações são relacionados aos ações do conselho. Estas são algumas ações executadas pela comissão da nova diretiva do conselho escolar, entretanto já tivemos reunidos 4 vezes durante esse ano. E para que tenha facilidade em todas as atividades do sistema do MEC/FNDE e das ações, tivemos que ter parceria com a (SEMED), principalmente na pessoa do professor Beckman Filho (Coordenador Administrativo), então é necessário que a escola tenham esse documento e também para outras finalidades, ou seja, para que o estabelecimento tenha facilidade de receber recursos dos programas federais nos próximos anos.

 **8 -** **UNIFORME ESCOLAR**

 Em 2014, o gestor da escola fez uma reunião antes do dia 05 de setembro planejou que seria melhor que houvesse um novo modelo do uniforme para os alunos e professores. Então, realizou-se uma reunião extraordinária para a escolha do uniforme escolar diária dos alunos e para ao professores e na decisão unânime da maioria para apresentar aos pais ou responsáveis. Nesse instante foi possível apresentar aos pais o modelo da camisa e calça. Em primeiro momento foram orientados para que cada um indicasse através do voto. Finalmente foi escolhida a camisa para os alunos com o modelo diagonal azul e amarelo e a calça com azul com listra amarela para o ano de 2015. Dois dias depois da escolha da camisa para os alunos, os professores também escolheram um novo modelo do uniforme com o modelo diagonal azul e branco. Com colarín amarelo. Segundo o gestor, falou que desta forma atrai mais para o uniforme escolar, já com a referência do nome da escola. Agora em 2017, o uniforme escolar foi mudado mais uma vez pela decisão dos professores durante a reunião extraordinária realizados no mês de junho do corrente ano.

**9 - MERENDA ESCOLAR:**

A merenda escolar é fornecida pela secretaria municipal de Tabatinga, pela Coordenação de Alimentação Escolar durante o ano letivo pelo Prof. José Raimundo Lopes Almeida, que atende a escola por demanda, ou seja, pela sua clientela por ano em números de alunos matriculados. A merenda é preparada pelas merendeiras da própria escola, seguindo as orientações dos nutricionistas da SEMED, responsáveis pelo cardápio semanal. A escola sempre recebe merenda com boas qualidades e do prazo de validade do consumo, sabe-se que os alunos recebem R$ 0,60(sessenta centavos ) por alunos durante o ano, sendo agora em 2013 as escolas indígenas recebem R$ 63,000 mil por mês, mas mesmo assim, a merenda é insuficiente, pois a escola sempre recebe as quantidades por alunos referente do ano anterior, isto quer dizer, não convém a quantidade dos alunos matriculados nos anos posteriores. Mas acontece agora em 2017, a escola recomenda-se que a merenda seja regionalizada para que as crianças possam receber alimentos que tem proteínas com substancias que tenha vitaminas que ajuda a melhorar o rendimento das suas aprendizagens, pois quanto mais alimentos energéticos consumidos ajuda prevenir diabetes ou calorias que muita das vezes faz mal à saúde das crianças.

Agora no 1º semestre teve a visita técnica da Coordenação da Alimentação Escolar – SEMED, da qual teve a participação do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, que são responsáveis para o acompanhamento das ações, desde da licitação, compra e da entrega da merenda escolar nas instituições educacionais do nosso município. Que recentemente está sendo regularizada pelo desbloqueio no sistema do MEC. E já está sendo distribuídas em diversas escolas da zona rural-não indígenas e indígenas.

1. **- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR:**

A escola adota currículo específico e diferenciado em: língua materna, língua portuguesa, matemática, ciência, historia, geografia, com temas transversais. Voltado o ensino de acordo a realidade dos alunos, trabalhando com os conteúdos que realmente vai ajudar a melhorar a vivencia e, entendendo as situações reais que ocorre dentro da sociedade ou na comunidade, respeitando as pessoas e valorizando, a cultura, a identidade, as ciências e saberes tradicionais, que deixa a sociedade mais valorizada, que quanto mais se valoriza mais devem ser respeitados pelos não-índígenas. Principalmente, os conteúdos de língua Tikuna e Português que são traduzidos pelos professores durante a aplicação dos conteúdos programáticos facilitando a compreensão e interpretação dos textos trabalhados. O planejamento da escola é realizado por mensal pelo apoio pedagógico da escola e também pela participação da equipe pedagógica da Coordenação de Educação Indígena, onde dando-lhe a orientação sobre o Ciclo Básico do ensino fundamental de 1º ao 5º ANO. Com isso, conceber a educação como um processo amplo, prevista na LDB que estabelece, no art. 2º, que esse processo visa ao pleno desenvolvimento do educando. Este, entretanto, desde o inicio de sua vida, apresenta ritmos e maneiras diferentes para realizar toda e qualquer aprendizagem, como: andar, falar, brincar, comer com autonomia, ler, escrever, etc., como apontam as contribuições das ciências humanas. Além disso, para que escola se torne autônoma é necessário que cada instituição escolar adota panorama dos modos de educação de suas crianças, de acordo com o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, em seu art. 8º, § 2º as propostas pedagógicas para os povos que optaram pela Educação Infantil devem:

1. Proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo;
2. Reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças;
3. Dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas sócio-culturais de educação e cuidado coletivos da comunidade;
4. Adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender às demandas de cada povo indígena.

Pode-se dizer, então, que uma educação voltada para tais perspectivas precisa ser pensada também com o foco voltado para essas características:

* O ser humano é ser de múltiplas dimensões;
* Todos aprendem em tempos e em ritmos diferentes;
* O desenvolvimento humano é um processo contínuo;
* O conhecimento deve ser construído e reconstruído, processualmente e continuamente;
* O conhecimento deve ser abordado em uma perspectiva de totalidade;
* È importante uma gestão participativa, compartilhada e que tenha como referencia a elaboração coletiva do Projeto Politico Pedagógico, contemplando a ampliação do Ensino Fundamental;
* A diversidade metodológica e a avaliação diagnóstica, processual e formativa devem estar comprometidas com uma aprendizagem inclusiva, em que o aluno, dentro da escola, aprenda de fato.

 No entanto, a educação escolar indígena deve obedecer segundo a Constituição Federal de 1988, descreve que: A nova LDB menciona de forma explicita a educação escolar para os povos indígenas em dois momentos. Ela aparece na parte do ensino fundamental, no artigo 32, estabelecendo que este seja ministrado em língua portuguesa, mas que será assegurado às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Ou seja, reproduz-se aqui o direito inscrito no Capitulo 210 da Constituição Federal de 1988.

 Como se vê o planejamento de aula sempre acontece de 15 em dias 15 dias devido aos conteúdos que são trabalhados em modular obedecendo à distribuição da carga horária das disciplinas, realizam-se sempre a elaboração dos planos de aula para renovar e atualizar os seus planos, isso é importante por que sempre vai ajudar os docentes nas suas atividades teóricas e práticas nas salas de aulas. Ressalta-se também da importância do planejamento que o professor deve ter em suas mãos durante a realização das atividades na sala de aula, por que o planejamento faz parte da nossa vida para organizar atividades práticas pedagógicas. Que o professor não deve se improvisar na aplicação das aulas, para que a aula seja proveitosa e criativa, tornando a vida escolar dos alunos satisfatório na aprendizagem.

A escola utiliza os recursos como livro didático, cartolina, caderno, lápis, borracha, caneta, pincéis para pintar, lápis de cera, papel emborrachado, cola, isopor, clips, computador, internet, e outros.

A metodologia utilizada na escola é para sensibilizar os alunos a tornar cidadão diante da sociedade para a construção do conhecimento. E o procedimento de ensino voltado para o desenvolvimento da oralidade. O trabalho de ensino caracteriza se, de modo geral, pela forma indireta de abordar seus conteúdos e capacidades em sala de aula.

 **11** - **SISTEMA DE AVALIAÇÃO: DOS ALUNOS**

Os professores avaliam discente por assiduidade, por participação, pelo interesse, na memorização das palavras, pelo trabalho avaliativo e por exercício. Assim sendo, podemos dizer que a avaliação como parte integrante do planejamento do processo de ensino – aprendizagem, apresenta três funções, das quais os professores adotaram para avaliar seus alunos:

**Função Diagnóstica**

Tem por finalidade realizar uma sondagem de conhecimentos e experiências já disponíveis no aluno, bem como a existência de pré-requisitos necessários à aquisição de um novo saber. Permite ainda identificar progressos e dificuldades de alunos e professores diante do objeto proposto.

**Função Formativa**

Tem por finalidade proporcionar o feedback (retroalimentação) para o professor e para o aluno, durante o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem . Propícia aos envolvidos (professo/aluno) no processo ensino-aprendizagem, a correção de falhas, esclarecimentos de dúvidas e estímulo à continuação do trabalho para alcance do objetivo. Proporciona também aos docentes informações sobre o desenvolvimento do trabalho, adequação de métodos e materiais, comunicação com o aluno e adequabilidade da linguagem (ESTRATÉGIAS).

**Função Somativa:**

Temo propósito de oferecer subsídios para o registro das informações relativas ao desempenho do aluno. Considerando que a função somativa da avaliação visa proporcionar uma medida que poderá ser expressa em nota ou conceito sobre o desempenho do aluno. Entende-se que a mesma acontecerá ao final de cada bimestre ou ainda no final do ano letivo, por ocasião do conselho de classe, visto que esta avaliação é que proporcionará um dialogo mais objetivos entre os professores. Portanto, é preciso que fique bem claro que provas, testes, trabalhos e pesquisas são instrumentos utilizados na avaliação para colher informações das estabelecer medidas, não podendo ser identificados como PROCESSO DE AVALIAÇÃO.

O processo de avaliação sempre acontece bimestralmente para avaliar seus alunos, da qual foi observados e analisados o progresso e o rendimento dos alunos através de conceitos AS para aqueles que conseguiram notas satisfatórias e ANS para aqueles que não alcançaram notas máxima para a aprovação. Que depois de terminar o 1º semestre foram descritas através de Parecer Descritivo o síntese de desempenho do aluno, considerando o desenvolvimento de suas competências e habilidades, níveis de aprendizagem e de dificuldades na construção do conhecimento das diferentes áreas, levando em consideração sua participação, criatividade, criticidade, reflexão, cooperação, autonomia, relação professor/aluno e aluno/aluno. Este documento servirá como comprovante de aprovação desde 1º ao 5º ANO das séries iniciais do I e II Ciclo e será expedido quando o aluno tiver concluído o 6º ao 9º ano do ensino fundamental para prosseguir seus estudos.

**12- DESAFIOS DA ESCOLA INDÍGENA**

Diagnostico da escola na busca de soluções.

Os municípios, estados e União devem garantir a educação escolar especifica as comunidades indígenas, reconhecendo oficialmente suas escolas indígenas de acordo com a Constituição Federal......

* Ampliar o espaço físico da escola para que possa atender a demanda escolar, permitindo o acesso dos educandos a educação:
* Sala dos professores;
* Biblioteca;
* Sala de recurso;
* Adequar laboratório de informática com internet;
* Salas de aula;
* Auditório;
* Climatização das salas de aulas;
* Construção do muro da escola;
* Transporte escolar;
* Conclusão da quadra poliesportiva
* Banda escolar
* Campainha escolar
* Quadro digital
* Formação continuada de professores em áreas especifica e práticas pedagógicas;
* Regionalização da merenda escolar;
* Produção de materiais didáticos e pedagógicos;
* Reconhecimento de calendário especifica;
* Autonomia escolar ( PPP, Conselho Escolar, Regimento Interno da escola)
* Uniforme e kit escolar;
* Vale alimentação para os profissionais da educação.
* Atendimento especializado às crianças especiais.

**13 - RELAÇÃO ESCOLA X COMUNIDADE**

Escola deve estar a serviço da comunidade

Qual é o processo de ensino? Qual é a metodologia utilizada pela escola?

|  |  |
| --- | --- |
| COMO ESTÁ SENDO PRATICADA ? | AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS |
| Reunião bimestral da escola | Reunião pedagógica com a participação dos pais |
| Reunião de eventos escola | Reunião de orientação aos pais sobre programas sociais e rendimento escolar |
| Reunião de início do ano letivo | Mutirões para desenvolvimento de práticas extracasses |
| Reunião de encerramento do ano letivo | Discussão de proposta pedagógica |
| Orientação individual entre gestão e responsável pelos alunos. | Reunião para escolha dos temas transversais a serem trabalhados durante o ano letivo. |
| Culminância de projetos aplicados durante o ano letivo. | Roda de conversa como os alunos, idosos, lideranças, profissionais da saúde |
| Orientação de lideranças religiosas aos alunos | Reuniões entre professor e responsáveis pelos alunos para tratar interesse particular de cada turma. |
| Escola dos pais. | Manter parcerias com a equipe de saúde de Polo Base Umariaçu II, promovendo palestras que envolva os temas sobre o meio ambiente, DST, drogas, exploração sexual e violência. |
|  | Participação dos professores nas reuniões da comunidade. |

**14 - RELAÇÃO PROFESSOR X ALUNO E CARACTERÍSTICAS DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Qual é o papel do professor? Qual o perfil do professor?

Classificar Como deve ser: o curso, a língua que fala, a que comunidade pertence, quais as suas responsabilidades e qual é o compromissos?

**Um bom professor entre as muitas habilidades que deve desenvolver tem que apresentar aspectos e características condizentes à realidade em questão.**

**01-GOSTAR DE CRIANÇAS**, é imprescindível que o profissional goste de crianças, afinal nesta fase elas exigem paciência e amor a todo o momento. Pressupõe-se que quem gosta de crianças, goste também de trabalhar com elas. O trabalho com pequenos requer disposição, carinho, responsabilidade e uma energia imensa proveniente somente de quem gostam do que faz.

**02 -**[**RESPONSABILIDADE**](https://br.guiainfantil.com/materias/educacao/valoreseducar-a-crianca-com-valores-a-responsabilidade/), já que trabalha com um material muito sensível. As crianças e precisamente a formação dos seus alunos é o trabalho mais importante que tem um professor responsável chega sempre pontualmente às suas aulas, prepara bem as aulas, motiva os seus alunos, é criativo e comunicativo, atento e paciente, buscando sempre o melhor para todos eles.

[Um bom professor será aquele que nossos filhos lembrarão com afeto](https://br.guiainfantil.com/materias/educacao/aprendizagem/frases-sobre-os-professores-fascinantes-de-augusto-cury/) e agradecimento anos depois de deixar as aulas aonde cresceu e aprendeu com ele.

**03 -**[**HUMILDADE**](https://br.guiainfantil.com/materias/educacao/valoreso-valor-da-humildade-nas-criancas/)**,** Um bom professor, por mais que se esforce pode não ser infalível. Como qualquer pessoa pode cometer erros. Ser capaz de reconhecê-los, admiti-los e pedir desculpas é uma qualidade que sempre jogará a favor do professor, aumentando a confiança das crianças nele, já que o verão como ele é, um ser humano.

**04-** [**PACIÊNCIA**](https://br.guiainfantil.com/materias/educacao/valoreseducar-a-crianca-com-valores-a-paciencia/), para tratar tanto com aqueles alunos que dão trabalho como para os que sempre querem mais, para saber esperar aos mais lentos, mas também para se adaptar aos que acabam tudo muito rápido.

**05- AGILIDADE,** é uma característica considerável, pois a criança corre, pula, cai, levanta, descarrega energia e se envolve em situações repentinas de risco, onde a agilidade do profissional pode evitar acidentes graves com os pequenos.

**06- DISPOSIÇÃO FÍSICA**, nesta fase a maioria das brincadeiras são realizadas no chão, em rodas de conversa ou em círculos programados para as atividades, para tanto o profissional necessita de boa disposição física para sentar, levantar, pular, engatinhar, enfim participar de todas as atividades que propõe à criança. Além do que, os pequenos adoram presenciar adultos executando as mesmas atividades que eles.

**07- SER ÉTICO**, assuntos relacionados à instituição e suas famílias devem ser preservados. Nesta fase é comum crianças comentarem intimidades das famílias - estes casos ajudam os profissionais a conhecerem a realidade de vida da criança - e também alguém da família procurar apoio, confiando seus problemas a pessoas que trabalham na Instituição. Tratar aos colegas com respeito e cordialidade, evitando brincadeiras desnecessárias e abusivas, afinal a criança observa o professor e o imita a todo momento.
Nestes momentos o profissional poderá detectar possíveis problemas de várias naturezas, pelos quais a criança poderá estar passando - ou até mesmo sobre sua personalidade.

 **08- SER FIRME E AMÁVEL AO MESMO TEMPO**, a criança testa o adulto a todo instante e quando percebe que está vencendo, se torna indisciplinada e resistente às regras de convivência. Porém, a amabilidade deve ser cultivada, assim a criança se sentirá segura, afinal está em um ambiente onde todos são estranhos a ela. Então, caberá ao educador conciliar ambos os aspectos, ponderando suas atitudes e conscientizando a criança sobre seus deveres, sempre que necessário.

**09- RECEBER BEM OS PEQUENOS E SEUS FAMILIARES**, os pais precisam se sentir seguros em relação ao local e às pessoas em que estão confiando seus filhos. Portanto, o profissional deve recebê-los sempre com cordialidade, esclarecendo suas dúvidas, tranquilizando-os em seus anseios, se disponibilizando a atendê-los quando necessitarem e utilizando estratégias que motivem a criança a gostar de ir para a instituição.

**10- SER CRIATIVO**, o planejamento pedagógico deverá nortear o trabalho do educador, todavia, poderá ser alterado sempre que a atividade proposta não estiver despertando o interesse da turma, para isso o profissional deverá ser criativo e tornar a atividade em questão mais prazerosa ou até mesmo lançar mão de outra atividade. Elaborar um plano de aula focado em situações cotidianas das crianças ou da Instituição, encontrando ou criando músicas, histórias, jogos, atividades e brincadeiras que enfatizem o tema do planejamento é uma ótima estratégia para um trabalho diversificado.

**11- QUERER APRENDER**, a todo o momento surgem fatos inesperados quando o assunto é criança, e nem sempre o profissional está preparado para resolver tudo o que acontecer, portanto, deverá ter humildade para pedir ajuda e querer aprender com os mais experientes.

**12- UTILIZAR ROUPAS ADEQUADAS**, caso a instituição não adote uniforme, o ideal é usar algo que esteja apropriado para não prejudicar o desempenho das atividades. Roupas decotadas, saias, sandálias de salto, roupas apertadas, transparentes, mini blusas ou tomara que caia devem ser evitados, pois além de inibir o trabalho do profissional, desperta a atenção de pais, profissionais e demais pessoas envolvidas no processo.

**13- NÃO DEIXAR AS CRIANÇAS SOZINHAS**, ter consciência de que as crianças não podem ficar sozinhas em nenhum momento, caso tenha necessidade de se ausentar do espaço onde se encontra com a turma, chame outro profissional para assumir seu lugar temporariamente. Um segundo sozinhas, os pequenos cometem atitudes inesperadas.

**14- JAMAIS DÊ AS COSTAS ÀS CRIANÇAS**, ao falar com alguém na porta da sala - ou em qualquer outro espaço - jamais dê as costas às crianças, em fração de segundos acontecem muitos problemas sem que o educador esteja vendo.

 **15- TRABALHAR SEU TOM DE VOZ**, não falar em tom áspero, irônico e volume alto - assim a criança só compreenderá suas solicitações quando as mesmas forem feitas com gritos. O ideal é manter um tom baixo e calmo, todavia caso haja necessidade de uma alteração, que não haja grito e sua mudança na tonalidade da voz.

**16- GOSTAR DE MÚSICA**, nesta fase a musicalização é muito utilizada. O profissional deverá gostar conhecer e querer aprender mais e mais músicas, de preferência acompanhadas de gestos que ajudam muito no desenvolvimento infantil.

**17- SABER CONTAR HISTÓRIAS**, sim pois contar histórias não é ler o livro é contar com emoção, despertando a curiosidade e a imaginação da criança.

 **18- CONHECER AS ÁREAS DO CONHECIMENTO A SEREM TRABALHADAS**, Linguagem oral e escrita, Matemática, Artes Visuais, Música, Movimento, Natureza e Sociedade.

 **19- SABER ELABORAR PROJETOS DE AÇÃO PEDAGÓGICA,** envolvendo temas atuais, o trabalho com projetos facilita o trabalho do educador, porém, estes projetos devem ser executados com criatividade envolvendo temas de interesse das crianças e ao mesmo tempo objetivando uma conscientização sobre o tema proposto. Os projetos devem ser constantemente avaliados, caso contrário, não terão significado ao processo educacional.

O relacionamento do educador com o aluno e vice-versa de forma amigável e de respeito.

|  |  |
| --- | --- |
| **PAPEL DO PROFESSOR** | **PERFIL DO PROFESSOR** |
| Conhecer bem os conteúdos de sua disciplina | Um professor que conheça bem os conteúdos de sua disciplina |
| Preocupar-se com os alunos e respeite seu conhecimento | Que tenha preocupação com os alunos e respeite o conhecimento |
| Respeitar a nossa história e tradições | Que reflita sobre a cultura do povo |
| Que respeite a nossa história e tradições |
| Conhecer a realidade do professor indígena | Que conheça a realidade do professor indígena |
| Utilizar uma linguagem clara para suas explicações e que faça retrospectivas em caso de dúvidas | Um professor que saiba uma linguagem clara para suas explicações e que faça retrospectivas em caso de dúvidas |
| Explicar os erros e dúvidas que a turma de alunos apresenta. | No caso do professor, um professor que explique Oe erros e dúvidas que a turma de alunos apresenta. |
| Identificar a situação de cada aluno | Que saiba identificar a situação de cada aluno |
| Respeite as idéias doa alunos | Que respeite as idéias dos alunos |
| Aceitar as opiniões dos alunos | Que aceite as opiniões dos alunos |
| Aproximar-se dos alunos para tirar dúvidas daqueles muitas vezes não perguntam. | Um professor que se aproxime dos alunos para tirar as dúvidas das daqueles que muitas vezes não perguntam |

**RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E VICE-VERSA**

Em uma escola democrática a relação entre o professor e aluno deve ter como base o respeito mútuo, étnica e ética. Assim permitindo um ambiente escolar agradável e amistoso dentro e fora da escola. Compreendendo que a escola é o primeiro contato social, onde a mesma juntamente com os docentes e devem interagir para a formação básica e social do educando.

**15 - GESTÃO**

Administração: histórico/responsabilidade e atividades segundo o processo histórico até os dias atuais.

A escola foi gerenciada pelo professor **Deumar André Pereira**, o trabalho iniciou-se no ano de 1995 até 19 de março de 1999, durante dez meses. A escola foi inaugurada no dia, 19 de março de1999, pelo prefeito em exercício, Raimundo Nonato Batista de Souza, mais conhecido como “BOI”, na qual a escola recebe este nome Escola Municipal “Ã’egacü Decatücü”, em homenagem ao primeiro cacique que usava uma boina com a decoração amarelo e brilhoso, doado pelo coronel do batalhão de infantaria de selva do amazonas na época.

 Fizeram-se reuniões bimestrais para informação dos rendimentos dos alunos, professores e orientação pedagógica. Naquela época os professores não se preocupavam com os planos de aulas. As avaliações sempre acontecem bimestralmente para a avaliação do processo evolutivo da aprendizagem das crianças e do rendimento. Como não havia gestor da escola cada professor ficou como responsável na organização pedagógica, ou seja, das atividades a serem aplicadas. A merenda escolar e materiais didáticos eram oferecidos mensalmente pela secretaria da educação. Como há falta de tecnologia os trabalhos foram feitos manualmente. A matrícula dos alunos forma feitos pelo próprio responsável.

No ano de 1999 até 30 de dezembro de 2008 a escola foi gerenciada pelo **Nilson Alexandre Ferreira**. Durante o período de gestão organizou diversas atividades para que a escola consiga alcançar suas metas projetadas, como a organização do trabalho pedagógico institucional, mas não tens feito a elaboração dos documentos importantes da referida escola para se cadastrar no Sistema de Monitoramento de Educação no Site do FNDE/MEC. Principalmente a criação do APMC’s para a regularização da escola no Cartório a ser reconhecimento como Escola Indígena para que a mesma consiga receber os recursos do *Programa Dinheiro Direto na Escola* – PDDE. Nesse programa a escola chegou a ser cadastrado e foi contemplado com o dinheiro no valor de R$ 30.000.00 reais, mas escola não chegou a receber por ter irregularidades nas suas documentações.

No ano de 2009 até 30 de dezembro de 2012 a escola foi gerenciada pelo professor **Gentil de Souza Bruno.** O trabalho deu a continuidade, na organização da efetivação do trabalho institucional, como administrativo e pedagógico. A partir daí que teve a cobrança da secretaria pela elaboração do **Plano de Ação escolar Institucional, C**riação da Associação dos Pais e Mestres – APMC’s. Foram elaborados estes documentos para organização do trabalho institucional da escola. Então, foi realizado uma Assembléia Geral para fundação do APMC’s, com a participação democrática dos pais, lideranças comunitárias e, foi eleito o professor Florentino Peres Mestâncio como Presidente Titular do APMC’s com sua comissão executiva. Mas não chegou a executar o trabalho por falta de informações dos responsáveis da SEMED. Mas a escola não recebeu recursos do FNDE/MEC, pois a escola não tem procedimento da continuação dos trabalhos, devido a irregularidade e das pendências das documentações que foi inaceitável pelo sistema de acesso dos Programas Federais que deu repasse para a escola.

 Ano de 2013 até 30 de março de 2015, a escola **“AE’GACÜ DECATÜCÜ”,** foi gerenciada, pelo professor, **Helder Gomes Fernandes**, como gestor indicado pela força política partidária.

 No inicio do ano letivo, a escola recebeu mais uma ampliação da nova construção da sala de aula e um refeitório para as crianças. Graças a um documento elaborado pelo apoio pedagógico, o gestor entregue ao atual prefeito e ao secretário, que também foi um milagre o comparecimento dos repórteres que vieram visitar a escola com direito a filmagem das crianças merendando nos corredores da escola. Devido a esta reportagem foi às pressas, o acesso de construção da sala e refeitório na escola. Este trabalho ajudou muito a permanência dos alunos a não transferência dos alunos por motivo de falta de espaço necessário para realização das atividades. E a questão do Plano de Ação Escolar foi reelaborada para aplicação das ações educativas efetivados no plano e, ainda de que teve a reeleição do APMC’s e foi reeleito o professor Florentino Peres Mestâncio para a continuação do trabalho a serem iniciados, mas como as escolas ainda têm a pendências das documentações e por isso não chegou a receber os recursos que estão disponíveis no plano orçamentário do PDDE Interativo. E cria-se também o Grupo de Trabalho para acompanhar o processo da elaboração das ações a serem executadas no programa. Neste período, o trabalho institucional está sendo executado de acordo a necessidades que a escola enfrenta como a organização do trabalho pedagógico e administrativo para o alcance das metas e propostas.

 No dia 30 de março de 2016 até 30 de dezembro de 2016, praticamente 10 meses na gerencia da escola. O gestor **Edilson Barros do Carmo** continuou o trabalho que havia iniciado pelo anterior. Realizou-se sempre reuniões pedagógicas mensalmente para tratar de assuntos de interesse da instituição escolar, ou seja, pontos positivos e negativos dos trabalhos executados. Nesse período também o gestor preocupou-se da continuação da elaboração do Livro Didático Especifico Diferenciado e para isso foi atualizado o Plano de Ação Escolar e também da criação do Conselho de Classe da Escola que foi feito através de eleição, da qual o professor Glaydson Antonio Bruno foi eleito com maioria dos votos e, assumiu como primeiro Fiscal do CGT. E o grupo de trabalho continuou a mesma equipe, mas já com a intenção de executar o trabalho do PDDE que está disponível somente no site do SIMEC/MEC. O papel desse grupo é tão importantíssima para discussão dos assuntos relacionados à estrutura física da escola, materiais permanentes e de expedientes.

No ano de 2017, o Sr. Euclides Fideles Bento Professor de Ensino Fundamental e Ensino Médio morador da comunidade Indígena Umariaçu II, assumiu a gestão da escola democraticamente e carismaticamente para o desenvolvimento e progresso, principalmente na aprendizagem das crianças e de modo geral, a comunidade escolar dentro da comunidade local.. No meio desse processo como educador estava observando a Educação dentro da Aldeia que não estava ou está desenvolvendo a Educação Diferenciada conforme a LDB e as Resoluções determinam a educação escolar indígena que deve ser voltado de acordo a nossa realidade de seguintes maneiras: a estrutura da escola, a solução e a responsabilidade. Para que possamos encontrar alternativas e os resultados de eficiências e eficácias.

No dentro desses poucos conhecimentos que eu tenho surgiu a pensar de dirigir a uma escola, mais ultimamente estava participando da política do Prefeito Saul Nunes Bemerguy, durante o resultado dessa política eu não estava conseguindo a vereança e fiquei como 1° suplente de vereador. Por este motivo tive a oportunidade de assumir como gestor deste estabelecimento de ensino.

Finalmente, gerenciar a esta Escola Municipal Indígena Infantil “AEGACU, DECATUCU”, foi radicalmente ou literalmente bastante pensativo de como cuidar o grupo de trabalho dos alunos (as), os professores (as), os administrativos, os serventes (as) e as vigias. Também os vizinhos (as), os anciões, os líderes comunitários, os líderes eclesiásticas de diferentes denominações, os responsáveis de todas as ruas e os moradores. Todos eles têm que ser dá o seu valor, respeitar os seus deveres no começo no meio e até o final do trabalho, porque eles são observadores dos quaisquer trabalhos públicos executados desta sociedade indígena.

Na parte administrativa começamos organizar o trabalho administrativo na parte das matriculas dos alunos (as) por faixa etária, divisão as turmas e turnos, fizemos plano de aula, a rotina semanal de todos os docentes, plano de ação escolar. Organização do trabalho institucional da Escola, atualização do Conselho Escolar, reelaboração do Projeto Político Pedagógico, implementação da proposta pedagógica curricular diferenciada e da efetivação do PROJETO DE INTERVENÇÃO DA ESCOLA. Tudo isso conseguimos, maiormente graças ao GESTOR DA ESCOLA (Euclides Fideles Bento) e o APOIO PEDAGÓGICO (João Juvito Campos) e, juntamente com a equipe do Grupo de Trabalho. Fizemos dezesseis (16) reuniões: 03 reuniões com os pais dos alunos (as) ou responsáveis assuntos: *(funcionamento de início de ano letivo 1º semestre)*, *(processo de aula de 1° semestre)* e o *(respeito ou resultado de 1º semestre de ano letivo 2017)*. Tivemos 04 reuniões com os professores (as) assuntos: *(orientação pedagógica como trabalhar com as crianças 04, 05 à 06 de idades)*, *(orientação sobre educação infantil)*, *(orientação do processo de aprendizagem)* e o *(verificação de bolsa família)*. Fizemos 03 reuniões com administrativos assuntos: *(orientação de trabalho em união e suas atividades), (trabalho coletivo - atividades que cabe de todas as pessoas) e o (acontecimento de trabalho).* Fizemos 02 reuniões com os merendeiros assuntos: (sobre o manuseio da merenda escolar) e a (procedimentos e orientação de preparo da merenda). Fizemos 02

reuniões com as vigias assuntos: (orientação sobre horários) e o (mudança de horários). *No dia 09/06/2017 Realizemos 01 encontro de líderes da comunidade de todos os seguimentos, assunto (para apoiar a equipe de nova administração).* No dia 30/06/2017 realizemos mais uma última reunião geral como: os professores (as), os administrativos, os serventes (as) e as vigias. Também os vizinhos (as), os anciões, os líderes comunitários, os líderes eclesiásticas de diferentes denominações, os responsáveis de todas as ruas e os moradores para o fechamento de 1º semestre, assunto (*para fortalecer e cumprir o dever o que queremos na parte da educação, sociedade, comunidade e família*).

Em cima de tudo isso os documentos da Escola está em processo de verificação na SEMED (Secretaria Municipal de Educação). Esperamos que tudo vai estar certo ao professor Euclides Fideles Bento (Gestor da Escola) e João Juvito Campos (Apoio Pedagógico da Escola), o nosso maior preocupação é isso para que realmente esse trabalho tem que ser reconhecido pelo MEC a esta escola, estamos no 1º passo da nossa jornada no ano letivo de 2017.

Agradeço o meu Deus, dos Sábios DO SÁBIO, dos Conhecimentos DO CONHECIMENTO, os Arquitetos DO ARQUITETO, dos Filósofos DO FILÓSOFO e dos grandes Pedagogos DO PEDAGÓGO que ilumine o caminho e guarde de todos os males do Apoio Pedagógico na pessoa do Professor João Juvito Campos juntamente com as suas famílias. Em nome de todos os alunos (as), professores (as), administrativos, serventes (as), merendeiras e vigias. Que Deus nos abençoem grandemente e ricamente para alcançar os objetivos e as metas projetadas !

**16 - PROJETO ARQUITETÔNICO DA ESCOLA INDÍGENA E INFRAESTRUTURA ESCOLAR**

Desde a construção da escola no ano de 1999, a estrutura física não atende as necessidades dos alunos, para isso este projeto está sendo construído para amenizar e suprir os problemas existentes dentro da instituição.

Ressaltando-se que os direitos são garantidos na Constituição Federal e das Resoluções que embasam a Educação Escolar Indígena e, que tem ser respeitada, segundo as suas organizações administrativas e pedagógicas. Nesse sentido a comunidade escolar sentiu-se necessidade de que o projeto seja atendido por ser de valor importância e referencia para o modelo da arquitetônica da construção da escola como escola indígena. Durante a 1ª reunião Pedagógica foram discutidos assuntos referentes à estrutura física da escola que seja diferenciada, respeitando as tradições, cultura e conhecimentos tradicionais e que as crianças tem que ser vivenciadas, segundo os seus direitos garantidos na resolução, onde passam diariamente no espaço em que elas estão inseridas, ou seja, dentro da comunidade indígena local. Para isso que nas outras reuniões realizadas foram discutidas os assuntos referentes a construção de uma nova escola, que seja, do modelo da escola indígena, então por este motivo que a participação das lideranças comunitárias, religiosas e entre outras, é tão importantíssima para que este projeto seja atendida pelas autoridades competentes em prol da sociedade.

Neste ano letivo de 2017, a escola atende 300 alunos da Educação Infantil de Pré I e II, incluindo também alunos do 1º ano do I Ciclo das séries iniciais do Ensino Fundamental. A escola atende por turno em média de 150 alunos, que dificulta a execução do trabalho pedagógico por parte dos professores, tanto quanto os servidores da escola. Há mais 17 anos a escola nunca teve a ampliação e nem reforma. A escola é composta por três salas de aulas. A medida da mesma tem 20,8m x 9,2m e uma sala com espaço de 5m x 7m, com a capacidade de atender no máximo 30 alunos em cada. Pela falta de espaço apropriado seis (6) turmas ficaram funcionando no anexo. Além disso, não têm espaço para realização das atividades recreativas e entre outros eventos comemorativos cívicos.

As outras dependências da escola são: uma secretaria, onde o mesmo funciona como diretoria, uma cozinha, um corredor dentro da escola e quatro banheiros. Praticamente a estrutura física da escola é insuficiente para o atendimento adequado dos trabalhos institucionais relacionados a efetivação dos trabalhos pedagógicos e administrativos. Sendo que neste ano de 2017 foram lotados 18 professores, um apoio pedagógico, um assistente administrativo, duas merendeiras, 06 auxiliares de serviços gerais, 02 vigias um de cada turno, totalizando com 11 profissionais administrativos. Em cada ano letivo aumenta a demanda das suas clientelas, possivelmente não atende as suas necessidades educacionais. Para isso a escola começou a se organizar o novo plano de ação institucional para que o trabalho seja concretizado e que as metas e os objetivos sejam alcançados. A escola é considerada como escola infantil, então é para isso a construção do projeto arquitetônico deve atende suas necessidades, conforme o que determina o PROJETO PADRÃO FNDE | PAR | 2015 - 2018. Nesse sentido a comunidade escolar tem necessidade da construção de uma nova escola padronizada, com capacidade de 8 salas de aulas com área interna central para recreação, com terreno (dimensões mínimas) 50 m x 80 m, área construída 1.323,11 m².

Como modelo a seguir da estrutura atual:

Modelo arquitetônico a ser construída: **PROJETO PADRÃO FNDE – PAR 2015/2018**

**(dimensões mínimas) 50m x 80m**

* 8 Salas de aulas com área interna recreativa central
* 01 sala de professores
* 01 sala de informática
* 01 secretaria
* 01 diretoria
* Biblioteca ou sala multifuncional
* 01 almoxarifado
* 01 depósito
* 01 refeitório
* 01 cozinha
* 01 vestuário
* 02 banheiro

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Sala de professores6m x 7m | Informática 5m x 7m  | Secretaria5m x 6m | Portão | Diretoria5m x 6m | Biblioteca ou sala Multifuncional 6m x 7m |
| Área internaRECREATTIVA |
| Sala 015m x 7m | Sala 055m x 7m |
| Sala 025m x 7m | Sala 065m x 7m |
| Sala 035m x 7m | Sala 075m x 7m |
| Sala 045m x 7m |  | Sala 085m x 7m |
| Almoxarifado | Vestuário |
| Depósito5m x 5m | Refeitório5m x 7m  | Cozinha5m x 6m  | Banheiro5m x 5m  | Banheiro5m x 5m |

Com o aumento da demanda das clientelas a comunidade escolar tem a necessidade de uma construção da escola padronizada para atender a demanda das crianças matriculadas no inicio do ano escolar de cada ano letivo. O governo Federal libera recursos anualmente para a construção das escolas de acordo as necessidades e da demanda de cada estabelecimento de ensino, cabe ao município elaborar o PAR para o a aplicação e liberação dos recursos, enquanto cada equipe do Grupo de Trabalho tenha compromisso pelo acompanhamento desde liberação, projeção e da aplicação dos recursos. Enquanto a secretaria da educação tem obrigação de informar, esclarecer e executar ações que facilitam a participação da instituição envolvida nesse processo da efetivação do trabalho, contribuindo com sua equipe técnica para dar suporte técnico-pedagógico.

A partir da edição da [Lei Ordinária nº 12.695/2012](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00012695&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=NI), a União, por meio do Ministério da Educação, está autorizada a transferir recursos aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à execução das ações do Plano de Ações Articuladas (PAR), sem a necessidade de firmar convênio, ajuste, acordo ou contrato.

Dessa forma, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passa a utilizar o termo de compromisso para executar a transferência direta, prevista na referida lei, para a implementação das ações pactuadas no PAR, considerando as seguintes dimensões do plano:

1. Gestão Educacional;
2. Formação de Profissionais de Educação;
3. Práticas Pedagógicas e Avaliação; e,
4. Infraestrutura e Recursos Pedagógicos.

A assistência financeira, ora mencionada, é concedida segundo os critérios técnicos estabelecidos para o PAR e regulamentada segundo a [Resolução CD/FNDE Nº 14, de 8 de junho de 2012](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000014&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC).

 **17 - AVALIAÇÃO DO PROJETO**

 A escola é um espaço social e democrático, composto pelos alunos e seus familiares, professores, funcionários e por demais membros da comunidade. A administração escolar, nela incluída o ato de planejar as ações educacionais, pode ser feita de forma centralizada e autoritária, ou de forma participativa e democrática. Sendo assim, todo o processo que ocorre na escola deve ser realizado de forma transparente, uma vez, que deve-se prestar conta de todas as atividades realizadas.

 Dentro deste Projeto Político Pedagógico a avaliação é o acompanhamento das metas traçadas para atender às necessidades da instituição escolar. O PPP necessita de acompanhamento sistemático para que se possa verificar se o planejamento está adequado, quais os objetivos que foram atingidos, quais as metas que não foram alcançadas e quais ações necessitam de redirecionamento.

  Assim, é preciso que o grupo estabeleça como pretende realizar o processo de avaliação e acompanhamento do PPP, quando de sua elaboração. Segundo Vasconcellos o acompanhamento é “um instrumento teórico-metodológico que objetiva auxiliar o enfrentamento dos desafios cotidianos, de forma refletida e participativa” (1995, p.38).

 A escola têm se formado um grupo de trabalho do PDDE Interativo, juntamente com os membros do Conselho Escolar que acompanham todo o processo a ser executados eficientemente e, que o mesmo garanta o sucesso das ações desempenhadas pela equipe gestor da escola.

 Segundo Luckesi, o termo avaliar também tem sua origem no latim, provindo da composição a-valere, que quer dizer "dar valor a.". Porém, o conceito "avaliação" é formulado a partir das determinações da conduta de "atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação" (1998, p. 51), que por si, implica um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado. Isto quer dizer que o ato de avaliar não se encerra na configuração do valor ou na qualidade atribuídos ao objeto em questão, exigindo uma tomada de posição favorável ou desfavorável ao objeto de avaliação, com uma conseqüente decisão de ação.

 Sob este enfoque o processo de avaliação é intrínseco ao Projeto Político Pedagógico, pois através do mesmo é possível mensurar todo o processo da gestão democrática. Dentro do contexto escolar, deve haver acompanhamento no processo do Projeto Político Pedagógico, segundo Souza:

(....) a avaliação dos vários integrantes da escola, e também a avaliação dos vários componentes e das diversas dimensões do trabalho escolar, sempre ocorreram de modo informal. Por exemplo: os professores são avaliados pelos alunos, por seus pares, pelos técnicos e pelos dirigentes da escola. O diretor e outros profissionais são avaliados pelos alunos; a infra-estrutura disponível é sempre analisada como fator que facilita ou dificulta o desenvolvimento das atividades; o currículo é objeto de apreciação, particularmente pelo corpo docente; as relações de trabalho e de poder são analisadas quanto ao seu potencial de promoverem ou não um clima favorável no contexto escolar (1995, p.25).

 A avaliação poderia ser compreendida como uma crítica de percurso de ação, seja ela curta, seja prolongada. Enquanto o planejamento dimensiona o que se vai construir, a avaliação subsidia essa construção, porque fundamenta novas decisões. “[...] a avaliação como crítica de percurso é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planificou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação”. (Luckesi, 1998, p. 116 -118).

A avaliação objetiva identifica:

[...] em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível, descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. Isto serve tanto para avaliação institucional quanto para a avaliação da aprendizagem. Isto é, quando na prática pedagógica avaliamos os nossos alunos, o que estamos pretendendo com isto? Dar conta de uma tarefa necessária? Definir quais serão promovidos para a série seguinte? Definir os “reprovados”? Não! ***O objetivo de avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e o quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhes foram propostos*** [**[1]**](http://www.webartigosos.com/publique-seu-artigo/#_ftn1) (Grifo nosso).

  Para Souza (1995) a avaliação deve envolver toda a comunidade escolar, a mesma deve envolver a parte de infra-estrutura física da escola, bem como, os aspectos pedagógicos: professores, coordenação e direção.

No entanto para Luckesi:

  A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu conseqüente projeto de ensino. A avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido (1998, p.45).

 A Escola de Gestores da Educação Básica [[2]](http://www.webartigosos.com/publique-seu-artigo/#_ftn2) conclui que:

  (...) se os professores, pedagogos, diretores, funcionários, alunos e seus familiares, tratarem de forma séria todo o processo de gestão, desde a identificação do problema, com um tratamento o mais científico possível das suas causas e conseqüências; passando pelo processo de tomada de decisões, de forma centrada e dentro dos limites da razoabilidade; pelos momentos de acompanhamento e controle, aplicando na prática o controle social; até a avaliação, a partir da qual, é possível dimensionar todo o esforço desenvolvido e os resultados (Souza, 2005, p.42).

  A avaliação é uma atividade escolar que, pela sua intencionalidade, pela sua função social e pedagógica deve estar clara para alunos e professores. Os momentos específicos de avaliação fazem parte do processo educativo, portanto sua aplicação deve ser pensada por todos e estar de acordo com a proposta pedagógica da instituição.

 Portanto, na dimensão da construção do Projeto Político Pedagógico espera-se que o mesmo seja realizado de forma participativa e democrática e, nele deve estar inserido todo processo que ocorre dentro da escola. Sabemos que, o direito de elaborar e executar a proposta pedagógica de cada instituição escolar está assegurado na LDB, no entanto, as metas traçadas, antes deve ser o resultado da reflexão sobre: Como está o processo político pedagógico da escola? Continua correspondendo a atual realidade? Em quais aspectos deve-se melhorar? Após estes questionamentos é possível identificar os problemas e estabelecer estratégias junto com a comunidade escolar. Com o resultado desse processo é possível montar um PPP que corresponda com realidade da escolar e estratégias especificas que viabiliza ações. Pois isso nos retrata estes problemas a serem solucionados durante as reuniões realizadas ao percurso do ano escolar, sabendo que este é apenas o começo de tudo para que o grupo de trabalho almeje as metas projetadas e, com certeza serão alcançados com esmera de esforços e com grande responsabilidade para que isso aconteça.

 Concluindo-se que a efetivação destes trabalhos apresentados são resultados das reuniões realizadas desde o inicio do ano escolar foram elaborados as documentações importantes que regulariza como uma escola indígena, o Plano de Ação Escolar, Regimento Interno, Conselho Escolar e Conselho de Classe e, por fim o Projeto Político Pedagógico para a definição das ações pedagógicas e administrativas institucionais da escola.